



CADERNOS INTERATIVOS - ELEMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS,
PROGRAMAS E PROJETOS INTERSETORIAIS, ENFATIZANDO A RELAÇÃO LAZER,
ESCOLA E PROCESSO EDUCATIVO.

A IMPORTÂNCIA DA RECREAÇÃO E DO LAZER

4

VENDA PROIBIDA

CADERNOS INTERATIVOS - ELEMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS INTERSETORIAIS, ENFATIZANDO A RELAÇÃO LAZER, ESCOLA E PROCESSO EDUCATIVO.

A IMPORTÂNCIA DA RECREAÇÃO E DO LAZER

4

Autores:

Débora Alice Machado da Silva

Edmur Antonio Stoppa

Helder Ferreira Isayama

Nelson Carvalho Marcellino (Org.)

Victor Andrade de Melo

Presidente da República

Dilma Rousseff

Ministro do Esporte

Orlando Silva de Jesus Júnior

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Chefe de Gabinete

Maria Leonor Brenner Ceia Ramos

Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte

Cláudia Regina Bonalume

Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Organização

Rejane Penna Rodrigues

Cláudia Regina Bonalume

Projeto Gráfico, diagramação e capa

Gráfica e Editora Ideal - Yanderson Rodrigues

Revisão: Ricardo Magalhães Boucault

Impressão: Gráfica e Editora Ideal

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

I34	Importância da recreação e do lazer / Débora Alice Machado da Silva ... [et al.]. – Brasília : Gráfica e Editora Ideal, 2011. 52 p. ; 25 cm. – (Cadernos interativos – elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo ; 4) ISBN: 978-85-89196-36-9 1. Esporte recreativo. 2. Lazer. 3. Políticas públicas. 4. Qualidade de vida. I. Silva, Débora Alice Machado da. CDU 796
-----	---

Distribuição Gratuita

1ª Edição

Tiragem: 1000 exemplares

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam.

PREFÁCIO

Essa coleção foi elaborada numa perspectiva de ampliar a discussão do lazer, principalmente sob o olhar das possibilidades educacionais. A ideia é oferecer a estudantes, professores, pesquisadores, gestores e a todos os interessados nas políticas de lazer subsídios que podem ajudar em uma melhor apropriação dos conteúdos desta área, que atua de forma transversal em sua relação com outras áreas das políticas sociais.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), implantado em 2003 pelo Ministério do Esporte, tem como principal objetivo suprir a carência de políticas públicas e sociais, atendendo ao aumento significativo de demandas da população no que se refere ao esporte recreativo e de lazer, principalmente nas regiões de maior vulnerabilidade social e econômica. Para atender este objetivo central, o PELC constrói, junto à população beneficiada, uma relação diferenciada, que respeita a realidade local e busca parcerias qualificadas com órgãos e instituições que fazem parte do contexto onde atua. A escola é um desses espaços fundamentais.

A Coleção “Cadernos Interativos – elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos interseoriais: enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo” reúne vários cadernos. O “Caderno Interativo 1” apresenta institucionalmente o PELC, por meio de textos elaborados por representantes do Ministério do Esporte. Os demais cadernos foram escritos por um coletivo de autores, especialistas no tema do lazer.

Ao difundir essa coleção, o Ministério do Esporte pretende, especialmente, contribuir com as políticas interseoriais, na perspectiva de integrar cada vez mais as ações sociais e de discutir elementos que possam orientar reflexões de aprofundamento sobre o tema do lazer como uma política importante para a qualidade de vida dos cidadãos, como prevê a Constituição Federal de 1988.

Uma boa leitura a todos!

Rejane Penna Rodrigues
Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
Ministério do Esporte
Janeiro de 2011

APRESENTAÇÃO

Esses “Cadernos Interativos” que fazem parte de um conjunto de sete, que compõem os **CADERNOS INTERATIVOS - ELEMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS INTERSETORIAIS, ENFATIZANDO A RELAÇÃO LAZER, ESCOLA E PROCESSO EDUCATIVO.**

São assim denominados pelo seu formato de organização, contando com textos, destaques explicativos, propostas para intervenção no cotidiano dos profissionais das equipes multiprofissionais e voluntárias, sugestões de consulta: textos, indicações de filmes, músicas, sites e outros materiais que podem complementar o processo de desenvolvimento de políticas, programas e projetos integrados nos campos: do lazer e do, esporte de participação, da educação, e da segurança cidadã.

Esse trabalho é resultado da parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); o Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SNDEL); e o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade das políticas setoriais, da educação, da inclusão social e da construção de uma cultura de paz, tecendo e ampliando as relações entre escola e comunidade e, visando o aumento das oportunidades de acesso à formação para a cidadania, refletindo em seu impacto sobre a violência urbana.

Para tal, esses cadernos reúnem subsídios que podem contribuir com o desenvolvimento integrado de políticas, programas, projetos e ações sob responsabilidade de agentes que compõem as seguintes Políticas Setoriais: “Lazer e esporte”, “Educação e diversidade” e “Segurança pública e cidadania”.

Para cumprir esse papel, os cadernos interativos não buscam a originalidade, mas reúnem discussões já empreendidas e sistematizadas a respeito do tema, cuja importância é reconhecida em âmbito nacional.

No decorrer do texto, trazemos algumas sugestões, bem como as referências que deram origem às reflexões aqui apresentadas. Esperamos, assim, contribuir com a formação continuada dos leitores, instigando-os à busca constante de seu aprimoramento como profissional; e ao engajamento e ao comprometimento com a superação dos dilemas, sobretudo éticos, com os quais nos deparamos na política de maneira geral e, especialmente, no âmbito das Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CONCEITOS E SIGNIFICADOS DE LAZER E RECREAÇÃO	12
OCORRÊNCIA HISTÓRICA DO LAZER.....	19
CONSTITUIÇÃO SOCIOCULTURAL DO FENÔMENO LAZER COMO CONTRAPONTO DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, ESPECIALMENTE RELACIONADAS AO TRABALHO REMUNERADO	21
TEXTO COMPLEMENTAR 1	27
TEXTO COMPLEMENTAR 2	28
TEXTO COMPLEMENTAR 3	31
LAZER PRESENTE NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	36
AS BARREIRAS PARA O LAZER E A IMPORTÂNCIA DA VIVÊNCIA LÚDICA NO LAZER COMO FATOR DE QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS	42
TEXTO COMPLEMENTAR 1	46
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Este caderno interativo foi dividido em 4 partes diferentes. Na primeira parte, iremos tratar das concepções e significados de recreação e lazer presentes no contexto brasileiro; na segunda, apresentamos uma discussão sobre as relações existentes entre o lazer e as outras dimensões da vida do homem, com atenção especial a dimensão do trabalho; na terceira, abordamos a Legislação vigente e as relações estabelecidas com a questão do lazer e por fim, apresentamos as barreiras para o lazer e as interfaces possíveis entre lazer e qualidade de vida.

CONCEITOS E SIGNIFICADOS DE LAZER E RECREAÇÃO

Sobre os conceitos de Recreação e de Lazer, inicialmente destacamos que os dois termos convivem em nossa realidade sem maiores reflexões sobre os seus significados. Enquanto o termo recreação é influência da perspectiva norte-americana, o lazer surge a partir da influência dos estudos europeus. Essa dupla denominação está presente em nossos dias atuais e em geral utiliza-se a recreação para designar o conjunto de atividades, e o lazer para abordar o fenômeno cultural. Alguns autores chegam a identificar diferenças ou peculiaridades mais amplas entre os termos.

A associação entre os termos recreação e lazer vem gerando questionamentos no que se refere aos seus significados, às especificidade e à abrangência, conforme destaca Gomes (2006). E por isso, é fundamental compreender a trajetória histórica desses dois fenômenos sociais para promover um avanço qualitativo no campo de estudos e intervenções do lazer

CONCEITOS DE RECREAÇÃO

A origem etimológica do termo recreação pode ser ressaltada a partir de duas posições diferenciadas. A primeira, proposta por Marinho et al. (1952), aponta que a palavra recreação foi proveniente do latim *recreatio* (que representa recreio, divertimento), sendo derivada do vocábulo *recreate*, com o sentido de reproduzir, restabelecer, recuperar. Nesse âmbito, destaca-se a ideia de que o objetivo da recreação era a renovação/recuperação para o trabalho. A segunda posição, que foi expressa pelo “Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa” e por alguns estudiosos do assunto (BRÊTAS, 1997; MARCELLINO, 1990), relaciona a origem etimológica do termo recreação com *recreate* – que significa recreio, divertimento, mas com outro sentido dos destacados acima. Nessa ótica, a recreação pode estar ligada à possibilidade de “recriar, criar de novo, dar novo vigor”. Enquanto a primeira interpretação encaminha o significado de recreação para o divertimento, com finalidades específicas de reprodução e de restabelecimento, a segunda, em contrapartida, é tomada na perspectiva da recriação, que de qualquer maneira não deixa de considerar a questão do divertimento.

Nos dias de hoje, impera o significado de recreação como a *reprodução de jogos e brincadeiras*. Devido à sua tradição histórica e cultural em nossa sociedade, a recreação continua sendo perpetuada a partir da ênfase em aspectos técnico-operacionais, em detrimento de outros.

Apesar das críticas efetuadas sobre a tradicional visão de recreação, ressaltamos a importância de diferentes práticas culturais disseminadas até mesmo nessa perspectiva para a compreensão de seu processo de construção. Penso, entretanto, ser necessário buscar um entendimento ampliado sobre essas práticas, por meio da análise dos significados sociais, pedagógicos e culturais por elas incorporados em nossa realidade.

Nas décadas de 70 e 80, surge um entendimento diferente de recreação, influenciado principalmente pelo conceito apresentado por Dumazedier (1975), que a considera como uma das funções do lazer. Para esse autor, a função recreativa (que tem o sentido de divertimento) está relacionada com as outras funções de descanso e desenvolvimento do lazer, e orientada para a criação permanente do indivíduo por si mesmo. Respaldados por essa ideia, alguns autores (BRÊTAS, 1997; MARCELLINO, 1987) têm expressado o entendimento de que a recreação não pode mais ser pensada apenas como uma atividade acrítica, e sim deve ser compreendida num sentido mais amplo, como uma das possibilidades de lazer.

Segundo Brêtas (1997), recreação pode ser entendida como o criar, o recrear e o recriar-se, que está intimamente atrelado à ação do homem sobre o mundo. Constitui-se, assim, num espaço privilegiado para a construção coletiva de novos conhecimentos e, ainda, em possibilidade de influenciar educadores mais comprometidos com as mudanças necessárias para o surgimento de uma sociedade pautada em valores mais humanos.

Marcellino (1987) afirma a necessidade de recuperarmos o sentido de recreação como “recreare”, que significa criar de novo, dar vida nova, com novo vigor. E seguindo essa trilha, podemos reconhecer na recreação uma outra possibilidade, diferente da que vem sendo construída historicamente em nosso contexto. A recreação pode ser compreendida como maneira de reflexão e de interação consciente com a nossa realidade, o que nos pode auxiliar no encaminhamento de mudanças. É nesse sentido que acredito no trabalho com a “recreação”, compreendendo-a como a “recriação” que inclui o divertimento, mas não de uma forma alienada e dominadora e sim numa perspectiva de educação inovadora, que possibilite a criação, a recriação e, também, o divertimento.

É importante salientar que ainda existe pouco material escrito sobre essa concepção de recreação, ou seja, a produção sobre esse tema ainda se tem restringido a um rol de atividades que devem ser seguidas, e não como um repertório de vivências críticas e criativas, que deve ser usado com sensibilidade e com as adaptações que se fizerem necessárias para os diferentes sujeitos e os grupos sociais envolvidos.

CONCEITO DE LAZER

Na história de nossa sociedade, observamos que, com a diminuição das horas de trabalho e com a crescente preocupação com a melhoria da qualidade da vida urbana, o lazer é valorizado e para ele, dirige-se o interesse dos estudiosos de assuntos sociais. São pesquisadas e analisadas suas contribuições na vida dos indivíduos, diante da riqueza de possibilidades que ele oferece.

É preciso ressaltar que os estudos da área associam a origem etimológica da palavra lazer ao termo latino *licere*, que significa lícito, permitido.

PARA LER

Sobre a origem e a pronúncia da palavra *licere* é esclarecedor o artigo do Pe. Ricardo Dias Neto, intitulado “Lis-sére...Lichére...Likére: afinal, o que é lícito?”, publicado na Revista *Licere*. v. 2, n.1, 1999. p.11-15.

Segundo Dumazedier (1979), a *sociologia do lazer* foi fundada nos Estados Unidos, mas foi nas décadas de 20 e 30 que os primeiros estudos da *sociologia empírica do lazer* surgem nos Estados Unidos e na França, buscando relacionar os fenômenos do lazer aos outros campos da realidade social. No entanto, foi somente a partir da Segunda Guerra Mundial que a *sociologia do lazer* e uma série de pesquisas sobre o assunto se proliferaram por outros países e passaram a se relacionar de modo mais frequente com outras áreas sociais, tais como: política, urbanismo, planejamento econômico, saúde e assistência social.

Vários autores (REQUIXA, 1977; MARCELLINO, 1996; BRAMANTE, 1998) afirmam ser a obra de Ferreira (1959), “*Lazer operário: um estudo da organização social das cidades*”, um marco inicial da preocupação com essas questões em nosso país. O autor realizou uma pesquisa com trabalhadores assalariados da cidade de Salvador (BA), destacando a importância e os benefícios das atividades de lazer para a vida das pessoas, mas difunde uma perspectiva de lazer compensatória.

No estudo realizado por Ferreira (1959), percebe-se novamente a ideia de que lazer é um tempo, e de que a recreação está relacionada às atividades nele desenvolvidas. A recreação representava a possibilidade de organização racional do lazer, sendo capaz de auxiliar na manutenção do equilíbrio da sociedade diante dos grandes problemas apresentados pelas mudanças decorrentes da industrialização e do crescimento desordenado das cidades.

Em 1969, o lazer passa a ser tratado de forma institucional, com a realização de um seminário que visava à análise crítica sobre a situação do lazer no Brasil. O “Seminário de 1969” foi realizado, em São Paulo, pela Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo e pelo Serviço Social do Comércio (Sesc/São Paulo). Na oportunidade, vários temas debatidos apresentaram diversidade de enfoques possíveis para a questão do lazer.

Para Requixa (1977), esse seminário representou um avanço e um alerta para as discussões sobre o lazer em nossa sociedade. Como principais resultados desse evento, o autor destacou as seguintes questões: a identificação de um grande número de pessoas (profissionais ou voluntários) que atuavam no campo do lazer; a possibilidade de conhecer a produção teórica da área e a conseqüente troca de experiências; a ampliação da concepção de lazer, extrapolando a faixa etária infantil; o despertar do interesse de outras regiões do Brasil em organizar seminários sobre o tema.

Demonstrando a importante contribuição da cidade de Porto Alegre (RS) para os campos de recreação e lazer, em setembro de 1973 foi criado o Centro de Estudos de Lazer e Recreação – CELAR, promoção conjunta da Pontifícia Univer-

sidade Católica e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (REQUIXA, 1977). O CELAR tinha como objetivo principal auxiliar na educação para o lazer, por meio da conscientização em novas dimensões, impostas pelo mundo contemporâneo. Difundindo uma visão de recreação e de lazer presentes na época, o centro procurava formar uma mentalidade consciente sobre a importância do lazer e da formação de profissionais para programar e coordenar as atividades específicas de lazer, visando à saúde física e mental das comunidades. Apesar do pequeno tempo de existência (de 1973 a 1978), o CELAR teve grande contribuição na difusão dos conhecimentos, em âmbito nacional e internacional, sobre o lazer no Brasil.

No contexto brasileiro, cabe destacar também as contribuições de duas instituições para a disseminação de propostas de “recreação e lazer”: o Sesc (Serviço Social do Comércio) e o Sesi (Serviço Social da Indústria), pertencentes, respectivamente, aos segmentos do comércio e da indústria. Essas entidades tinham como preocupação central a ação social e educacional por meio de vários projetos, dentre os quais os de lazer e recreação, referenciados por documentos internos de normas e diretrizes de ação.

Apesar da expressiva contribuição dessas instituições, os objetivos traçados vislumbravam o exercício da participação comunitária. No entanto, ao efetuar análises sobre os projetos e as ações desenvolvidos pelo Sesc e pelo Sesi, observamos que esse tipo de participação se resumia ao oferecimento de atividades de lazer como bens residuais, a partir da hegemonia de determinados grupos sociais. Não havia preocupação com a participação mais efetiva no processo de distribuição de renda e de bens sociais, como se não existissem, também, diferenças de classes sociais, raças, etnias, credos, gêneros.

Com a vinda ao Brasil do sociólogo francês Joffre Dumazedier, em iniciativas do Serviço Social do Comércio (Sesc/SP) e do CELAR (Porto Alegre/RS), no final da década de 70, houve impulso para o desenvolvimento da *sociologia do lazer* no País. Nesse período, várias obras desse autor foram traduzidas: “Questionamento teórico do lazer”, em 1975; “Lazer e cultura popular”, em 1973; “Sociologia empírica do lazer”, em 1979; “Valores e conteúdos culturais do lazer”, em 1980, dentre outras. Essa época foi marcada pelo estímulo a intercâmbios de ideias e pesquisas empíricas sobre o lazer, concretizado em inúmeros encontros e cursos, organizados principalmente pelos técnicos que atuavam no Sesc/São Paulo. É importante ressaltar que, ainda hoje, o trabalho de Dumazedier tem exercido grande influência no desenvolvimento dos campos de estudos sobre o lazer em nosso país.

De acordo com SANT’ANNA (1994), essa produção sobre o lazer dos anos 70 auxiliou no desenvolvimento de novos instrumentos, mais precisos e diversificados, de descrição, avaliação, cálculo e organização dos “usos do tempo livre”, e é nela que se evidenciam esforços mais amplos para transformar o nosso meio sociocultural. Emergem livros, artigos científicos, dissertação e teses, bem como se avolumam relatórios de observações das técnicas empregadas e dos resultados obtidos na aplicação dos programas de lazer, que, inicialmente, podem parecer um saber homogêneo isento de contradições, mas que, no fundo, perpetuavam uma série de problemas e de desigualdades sociais. O conceito de lazer

amplamente difundido foi o proposto por Dumazedier (1979, p.12); apesar de sua importância para a área, apresenta uma série de questões que necessitavam ser repensadas. O autor nos fala que:

“...o lazer é o conjunto de ocupações, às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.”

Dumazedier (1979) ainda apresenta um grupo de características que são fundamentais para caracterização do lazer: 1) Caráter libertário – o lazer é compreendido como a liberação das obrigações profissionais, familiares, socioespaciais e sociopolíticas, resultando de uma livre escolha do sujeito; 2) Caráter desinteressado – o lazer não precisa estar vinculado a algum fim específico, seja de ordem profissional, utilitário, lucrativo, material, social, político; 3) Caráter hedonístico – a vivência do lazer é marcada pela busca do prazer e por isso o hedonismo representa o seu motivo principal; 4) Caráter pessoal – as funções de descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal e social do lazer respondem às necessidades do indivíduo perante a gama de rígidas obrigações impostas pela sociedade.

Ainda entre os autores pioneiros na produção teórica do lazer, podemos citar Ethel Bauzer Medeiros e Renato Requixa. Medeiros (1980, p. 3) define o lazer como “espaço de tempo não comprometido, do qual podemos dispor livremente, porque já cumprimos nossas obrigações de trabalho e de vida”. Já Requixa (1980, p.35) define o lazer como “Ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”.

Essa definição concebe o lazer como tempo liberado das obrigações, constituindo-se no tempo residual de nossas vidas. Assim, podíamos chamá-lo de “tempo livre”. Marcellino (1987, p.29), afirma que o tempo não é “livre”, ou seja, *“tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social.”* Esse autor propõe, então, o termo *tempo disponível*, porque é difícil pensar as vivências do ser humano desconectadas das influências de sua vida em sociedade.

A partir da década de 80, surgiram no cenário nacional autores que possibilitaram novo olhar sobre as questões do lazer. Alguns deles participaram do grupo constituído pelo Sesc e seus trabalhos tiveram influência direta de Dumazedier (1979). Dentre os estudiosos, destaca-se a contribuição dos trabalhos de Marcellino (1983;1987;1990) para o avanço nas discussões do lazer a partir de uma abordagem crítica, fundamentando um grande número de trabalhos que vêm sendo realizados na atualidade. O autor tem auxiliado sobremaneira na construção do campo de estudos do lazer no Brasil, destacando-se, dentre a sua obra, como as mais relevantes: *“Lazer e humanização”*, de 1983; *“Lazer e educação”*, de 1987; *“Pedagogia da animação”*, de 1990; *“Lazer: formação e atuação profissional”*, de 1995, e *“Estudos do lazer: uma introdução”*, de 1996.

Na obra de MARCELLINO (1987), ressaltamos a crítica da visão funcionalista do lazer, que esteve presente em muitos textos publicados em nosso país. Essa perspectiva aponta o lazer como algo altamente conservador, que busca a “paz social” e a manutenção da “ordem”, destacando-o também como instrumento para suportar a disciplina e as imposições de nossa vida em sociedade.

PARA LER

Marcellino (1987) apresenta quatro vertentes diferentes da visão funcionalista de lazer: romântica, moralista, compensatória ou utilitarista. Essa classificação é feita somente para fins de análise, pois elas não se encontram isoladamente, e sim interligadas no pensamento dos vários teóricos.

Repensando esse tema numa visão crítica, MARCELLINO (1987) situa o lazer como esfera da vida gerada historicamente, da qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo, e que também pode exercer influências na estrutura social vigente. O autor afirma que o lazer é a

“cultura – compreendida no sentido mais amplo – vivenciada no tempo disponível. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa a possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa” (p.31).

O conceito apresentado por Marcellino aponta a cultura como um elemento central na discussão do lazer. No entanto, o autor afirma que é preciso romper com a compreensão restrita que se tem de cultura, relacionado-a principalmente às artes e espetáculos e ao volume de conhecimento adquirido pelos sujeitos.

Marcellino (1997, p. 157-158) apresenta ainda 4 pontos que devem ser considerados para a caracterização do lazer:

1. Lazer é a “cultura vivenciada no ‘tempo disponível’ das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais, combinando os aspectos tempo e atitude”;
2. Lazer é “fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente”;
3. Lazer é “um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural”;
4. Lazer é “portador de um duplo aspecto educativo, veículo e objeto de educação”.

Na mesma direção, Gomes (2004, p. 125) entende o lazer como:

“Uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo”

Para Gomes (2004), o lazer se caracteriza por 4 elementos interligados – tempo, espaço-lugar, ações/atitude e manifestações culturais. Estes elementos são enraizados no lúdico, e, mesmo passíveis de pressão e interferência do contexto, bem como não adquirem caráter de obrigação e não são vistos como um conjunto de ocupações a serem cumpridas. A autora afirma ainda que esses 4 elementos expressam um exercício coletivamente construído, no qual os sujeitos se envolvem em função dos seus desejos.

Ainda sobre o conceito de lazer, Mascarenhas (2001, p. 92), fundamentado no pensamento Marxista, afirma que “o lazer se constitui como um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassando por relações de hegemonia”. Mascarenhas (2006) afirma ainda que o lazer é a forma dominante de apropriação do tempo livre na sociedade contemporânea, considerado como expressão de determinações econômicas, políticas, sociais e culturais produzidas pelo modo de produção capitalista.

Para Mascarenhas (2000), somente em outra forma de sociedade, quando a associação autônoma dos trabalhadores puder se concretizar, é que os sujeitos poderão vivenciar um tempo verdadeiramente livre. O autor afirma ainda que, em outra sociedade, ainda que não seja possível visualizá-la em um momento próximo, o trabalho não deverá ser visualizado como um “fardo”, mas como uma possibilidade dotada de sentido, já que a distribuição igualitária e justa de seu produto social poderá ser assegurada com o fim da propriedade privada sobre os meios de produção. Neste outro projeto de sociedade, o tempo livre, e conseqüentemente o lazer, será destinado ao desenvolvimento físico e intelectual do homem com fim em si mesmo.

Melo e Alves Junior (2003) procuram definir as atividades de lazer pela conjunção de dois parâmetros: um mais objetivo, de caráter social (o tempo), e outro mais subjetivo, de caráter individual (o prazer). Os autores apresentam alguns indicadores que auxiliam no entendimento do conceito de lazer:

- As atividades de lazer são vivências culturais, em seu sentido mais amplo, que englobam os diferentes interesses humanos, as diversas linguagens e manifestações;
- As atividades de lazer podem ser realizadas no tempo livre das obrigações profissionais, familiares, domésticas, religiosas e das necessidades físicas. Isso não quer dizer que não há obrigações nos momentos de lazer,

pois a diferença está no grau de obrigação. No lazer, pode-se optar com maior facilidade pelo o que se deseja fazer e em qualquer momento;

- Os sujeitos buscam as atividades de lazer tendo como referência o prazer que possibilitam, embora nem sempre isso ocorra e embora o prazer não deva ser compreendido como exclusividade das possibilidades de lazer.

ATIVIDADE SUGERIDA

Analise as concepções de lazer apresentadas no texto, buscando discutir as semelhanças e diferença no pensamento dos autores apresentados. Caso conheça algum outro autor que discuta o conceito de lazer, procure trazer as suas ideias para essa discussão.

Baseados nas concepções aqui apresentadas, entendemos o lazer de modo amplo e com características abrangentes, fruto da sociedade contemporânea. É um espaço privilegiado para vivências críticas e criativas de conteúdos culturais. É importante também avançar no seu entendimento apenas como descanso e divertimento, e pensar na possibilidade de proporcionar desenvolvimento pessoal e social, por meio das diferentes vivências.

OCORRÊNCIA HISTÓRICA DO LAZER

A questão da ocorrência histórica do lazer é algo bastante polêmico. Alguns autores consideram que, se os homens sempre trabalharam, também pararam de trabalhar, consolidando assim um tempo de não trabalho. Esse tempo seria ocupado por vivências de lazer, mesmo nas sociedades chamadas “tradicionais”. Para outros autores, o lazer é fruto da sociedade moderna-urbana-industrial (MARCELLINO, 1996).

As duas correntes não são antagônicas, o que difere é o enfoque dado por cada uma delas: a primeira aborda a “necessidade de lazer”, sempre presente, e a segunda se detém nas características que essa necessidade assume na sociedade moderna. No caso da sociedade brasileira, é a partir da transição do estágio tradicional para o moderno, que se verifica uma ruptura entre a vida como um todo e o lazer, fazendo com que este adquira significação própria.

Temos, assim, dois estágios – considerados separadamente para fins de análise, mas que se apresentam num *continuum*, ou são contemporâneos dentro da mesma sociedade, representativos de estilos de vida diferentes:

1. Na sociedade tradicional, marcadamente rural, e mesmo nos setores pré-industriais, não havia uma separação rígida entre as várias esferas da vida do homem. Os locais de trabalho ficavam próximos, quando não se confundiam com a própria moradia, e a produção era ligada basicamente ao núcleo familiar obedecendo ao ciclo natural do tempo. O trabalho frequentemente interrompido para conversas, acompanhava o ritmo do homem e não raro era executado ao som de cantos. O mutirão constitui o exemplo mais marcante da relação produção/festa nas sociedades tradicionais. O “binômio” trabalho/lazer não era caracterizado e as ações se desenvolviam como na representação de uma peça teatral, com os “atores” atuando de forma integrada e linear, dominando toda a história de seus personagens.
2. Na sociedade moderna, marcadamente urbana, a industrialização acentuou a divisão do trabalho, que se torna cada vez mais especializado e fragmentado, obedecendo ao ritmo da máquina e a um tempo mecânico, afastando os indivíduos da convivência nos grupos primários e despersonalizando as relações. As pessoas passam a fazer parte de grupos variados, sem ligações uns com os outros. Caracteriza-se o “binômio” trabalho/lazer, e as ações se desenvolvem como na gravação de um filme, onde os “atores” participam de cenas estanques, sem conhecer a história de seus personagens, cenas essas frequentemente interrompidas para serem retomadas em sequências totalmente diferenciadas.

É importante frisar que, ao fazermos a distinção, não estamos romantizando o primeiro tipo de organização, mesmo porque a dominação entre classes também era uma de suas características.

A industrialização, que pode ser considerada o divisor de águas entre os dois estágios, vem se consolidando, entre nós, há algumas décadas e ao se consolidar, provoca uma série de modificações no comportamento das pessoas. Além disso, acelera o processo de urbanização de novas áreas e promove a concentração populacional em torno de áreas já urbanizadas.

A caracterização de nossa sociedade como predominantemente urbana começa a se configurar a partir do censo de 1970, tendência essa confirmada pela análise dos números levantados em 1980, e mais contemporaneamente com ênfase na concentração da população nos grandes centros urbanos.

Mesmo que convivam, ainda hoje, os dois “modelos” de sociedade, em diferentes regiões do país, os valores veiculados pela indústria cultural, através dos meios de comunicação de massa, são os da sociedade moderna-urbana-industrial, fazendo com que as questões relativas ao lazer sejam entendidas a partir desses valores hegemônicos.

CONSTITUIÇÃO SOCIOCULTURAL DO FENÔMENO LAZER COMO CONTRAPONTO DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, ESPECIALMENTE RELACIONADAS AO TRABALHO REMUNERADO

Buscando compreender os significados de lazer presentes em nosso contexto sociocultural, torna-se fundamental entender as estreitas relações existentes entre o lazer e as outras dimensões da vida do homem (trabalho, saúde, educação, família, política), podendo ser espaço para o questionamento das contradições existentes em nosso meio sociocultural.

Nesse contexto, será dada atenção especial à discussão sobre o trabalho, já que os valores expressos com relação ao lazer têm uma relação direta por sua oposição ao trabalho. Na maioria das vezes, ocorre uma mitificação do trabalho que gera uma atitude de desconhecimento de outras dimensões dos sujeitos e dentre elas, as possibilidades pela vivência do tempo de lazer.

Essa mitificação do trabalho, longe de poder ser questionada apenas com ideias, parecer estar, progressivamente, sendo contestada pela realidade empiricamente observada. Aos progressos e aos riscos dos avanços tecnológicos, são somados os da automação. Pode-se argumentar que essa realidade é própria de países de características bem distantes das nossas. Mas, a rapidez na difusão da automação faz pensar que esses elementos não estão assim tão distantes quanto possa parecer.

Por tudo isso, a relação lazer e trabalho desperta muita polêmica em nossa sociedade. Para compreendermos melhor essa relação, partimos do entendimento de que lazer e trabalho apresentam íntimas relações, que apesar de serem esferas distintas estão dialeticamente relacionadas.

Uma das primeiras sistematizações que defende o lazer dos operários é publicada por Paul Lafargue, genro de Marx, no final do século XIX, e denominada “O direito à preguiça”. Esse panfleto tem como principal foco de discussão o significado do trabalho no modo de produção capitalista. Opondo-se não somente à mitificação do trabalho como ao cerceamento da vida do trabalhador, mas também ao usufruto da exploração, pelos dominantes, também cerceados na sua vida em virtude das “obrigações” impostas pelo consumo.

Lafargue (1999) considera o trabalho como algo excessivo em nosso meio e por isso, leva ao esgotamento à classe operária; além disso, faz críticas ao capitalismo, a industrialização e por fim associa o trabalho a algo “penoso” e à própria escravidão. Na época em que o texto foi redigido, algumas conquistas dos trabalhadores, tais como a institucionalização de férias e finais de semanas remunerados e a diminuição da jornada de trabalho ainda começavam a ser gestadas.

Em sua obra, Lafargue (1999) propõe que o trabalho fosse reduzido para 3 horas diárias e afirma que isso seria possível porque as máquinas garantiriam a nossa subsistência, e dessa forma, haveria trabalho para todos. O autor destaca ainda que o direito à preguiça é algo nobre e, portanto, entende-se que o direito ao lazer seria mais importante que o direito ao trabalho. Entretanto, essa não é a visão que prevalece no pensamento contemporâneo, pois o que se tem

verificado é o constante elogio do trabalho. No entanto, a valorização unilateral do lazer apresenta também uma série de riscos, como as possibilidades de sua utilização como fuga, fonte de alienação e simples consumo.

Friedmann (1972), na obra “O Trabalho em Migalhas”, afirma que a insatisfação no trabalho é um dos principais aspectos da alienação que se verifica na civilização técnica. Analisando as consequências dessa alienação, conclui que: “a insatisfação no trabalho, seja ela consciente ou não, exerce uma ação permanente e múltipla sobre a vida fora do trabalho, uma vez que se traduz por fenômenos de evasão para atividades laterais”.

Considerar apenas uma esfera da atividade humana, seja ela o trabalho ou o lazer, é entender o homem de maneira parcial. E alguns autores, fascinados pelas possibilidades abertas pelo progresso tecnológico, liberando tempo das obrigações profissionais, passaram numa atitude radicalmente oposta à “mitificação” do trabalho a propor o elogio ao lazer, como finalidade da existência e ideal de felicidade.

Assim, já em 1932, Bertrand Russel (1977), em seu clássico livro *Elogio ao Lazer*, declarava que muito mal estava sendo causado ao mundo moderno, a crença de que o trabalho representava virtude. O autor afirmou que os trabalhadores “consideram o trabalho como deve ser considerado, isto é, um meio de ganhar a vida, e é de seu tempo de lazer que eles obtêm qualquer felicidade que possam desfrutar” (p. 11).

Com relação ao trabalho ainda, Russel (1977) afirmava que existem duas espécies: a primeira que consiste em alterar a posição da matéria na superfície da terra; e a segunda, relaciona-se a dizer a outras pessoas que façam isso ou aquilo. Conseqüentemente, a primeira espécie é desagradável, mal paga e pouco reconhecida socialmente, enquanto a segunda é agradável, bem paga e reconhecida. Portanto, o autor acreditava que enquanto alguns homens podiam desfrutar do ócio, outros continuavam sobrecarregados e assim, afirmava que a crença de que o trabalho representa virtude causava um mal ao mundo moderno e difundia que o caminho para a felicidade e para a prosperidade dependia de uma diminuição organizada do trabalho.

Portanto, uma questão central no trabalho de Russel (1977) era a necessidade de redução da jornada diária de trabalho. Pregava a necessidade de uma redução que levasse o operário a trabalhar 4 horas diárias, dessa forma, haveria o bastante para todos e pouco ou nenhum desemprego (se houvesse um certo grau de organização racional).

Russel (1977) afirmou também que se o trabalho fosse realizado em dose adequada, seria suficiente para tornar o lazer deleitoso, assim, se ninguém estiver cansado no tempo disponível, não se “procurará apenas diversões que sejam passivas e insípidas” (p. 24). E somente assim, as pessoas terão oportunidades de uma vida mais feliz, tornando-se amáveis e menos intransigentes, menos inclinados a julgar os outros com suspeição.

No discurso de Russel (1977), percebemos uma visão idealista, que apresenta um privilégio da esfera do lazer em relação aos demais campos da vida humana. É demarcada a ideia do elogio ao lazer, acreditando que somente por meio deste o ser humano poderá se humanizar.

Contestamos essa parcialidade, na consideração da atividade humana, admitindo, como Éclea Bosi, que “se no trabalho e no lazer corre o mesmo sangue social, é de esperar que a alienação de um gere a evasão e processos compensatórios em outro” (p. 76).

David Riesman, considerado por muitos um apologista do lazer, no livro “A Multidão Solidária”, criticando sua própria obra, no Prefácio, escrito em 1960, assim se expressa: “A única nota fortemente utópica que permanece no livro, parece-nos, agora, a menos satisfatória, isto é, a ideia toda de que a autonomia na cultura pós-industrial devia encontrar-se no jogo e no lazer, e não no trabalho” (p. 59). E complementa:

“seja como for, concordamos com Pawe Goodman, em ‘Growing Up Absurd’, no fato de que homens precisam sentir-se adequados: sujeitar-se a um emprego e depois relacionar-se com a vida através do consumo não basta. De fato, logo compreendemos que a carga lançada sobre o lazer pela desintegração do trabalho é demasiado grande para que se possa enfrentá-la. O lazer em si não é capaz de salvar o trabalho, mas fracassa juntamente com ele, e só poderá ser significativo para a maioria das pessoas se o trabalho o for, de maneira que as próprias qualidades por nós procuradas no lazer terão probabilidade de se tornarem realidade se a ação política e social travar a batalha, em duas frentes, do trabalho-e-lazer” (p. 60).

A observação do lazer concreto, tal como se apresenta, principalmente nas sociedades contemporâneas, marcado tanto quanto o trabalho, pela alienação e por conceitos de produtividade, faz com que alguns autores critiquem as duas tarefas de atividade humana. Destacando a produtividade, liga ao princípio do desempenho, como “um dos mais protegidos valores da cultura moderna”, MARCUSE (1981, p. 143) contrapõe-lhe a ideia do jogo: “o jogo é ‘improdutivo’, é ‘inútil’ precisamente porque anula as características repressivas e exploradoras do trabalho e do lazer” (p.173).

PARA OUVIR:

A música Capitães de Indústria, escrita por Marcos Valle e Paulo Sérgio Valle, e interpretada pelo grupo Paralamas do Sucesso, retrata a supervalorização do trabalho em nossa sociedade

Esta distinção entre o jogo, e seu caráter lúdico, e o lazer, como esfera permitida e controlada da vida social, é efetuada também por autores brasileiros. Edmir Perroti (1982, p. 20) afirma que “o lúdico, dentro do mecanismo do sistema, é a sua negação. Em seu lugar, permite-se o lazer, o não trabalho, coisa totalmente diferente do lúdico, que é o jogo, a brincadeira, a criação contínua, ininterrupta, intrínseca à produção”. O autor afirma ainda que “a racionalidade do sistema produtivo torna o lúdico inviável, pois o tempo do lúdico não é regulável, mensurável, objetivável” e que, por isso, “toda tentativa de subordiná-lo ao tempo da produção provoca sua morte” (p.20).

De fato, a observação da prática do lazer na sociedade moderna é marcada por forte componentes de produtividade. Valoriza-se a “performance”, o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem. Estimula-se a prática compulsória de atividades que destacam a moda ou “status”. Além disso, o caráter social requerido pela produtividade confina e adia o prazer para depois do expediente, fins de semana, período de férias ou para a aposentadoria. No entanto, isso tudo não nos permite ignorar a ocorrência histórica do lazer, inclusive como conquista da classe trabalhadora.

Segundo Melo e Alves Junior (2003), trabalho e lazer não são dimensões opostas da vida humana, por isso não é difícil observarmos a incorporação (ou a tentativa de) de especificidades de uma à outra, mas que deve ser observado com olhar crítico. Segundo os autores, é o que chamamos de *produtivização do lazer* e *pseudoludicidade do trabalho*.

A produtivização do lazer está relacionada à possibilidade de levarmos a lógica da rotina diária, marcada pelo trabalho, para os momentos de lazer. Muitas pessoas não conseguem se desligar do trabalho nos momentos de lazer e acabam reproduzindo a rigidez de tempo controlado, marcando muitos compromissos ao mesmo tempo e em algumas situações, utilizam o tempo de lazer para se encontrar com colegas de trabalho e continuar a falar sobre as tarefas profissionais. Algumas pessoas chegam a se negar a tirar férias ou a deixar de trabalhar nos finais de semana, intitulando-se orgulhosamente como *workaholics*. Quando deixam de trabalhar, entram em depressão e podem apresentar problemas físicos.

Por outro lado, chamamos de pseudoludicidade do trabalho às iniciativas desenvolvidas por empresas que permitem a realização de determinadas “vivências lúdicas” no âmbito do trabalho. Um exemplo disso é encontrado em alguns locais de trabalho que tem acesso a internet, dispõe de sala de repouso, máquinas de fliperama e outras possibilidades de diversão. O que não se explicita, contudo, é que esses mesmos indivíduos trabalham 12, 14 e até 16 horas por dia. Por trás de um benefício, encontramos, na verdade, uma forma de prolongar a jornada e manter o trabalhador mais tempo no espaço de trabalho.

Por isso, é fundamental entender o lazer como um campo específico de atividade, em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem. Isso não significa deixar de considerar os processos de alienação que ocorrem em quaisquer dessas áreas. Esse entendimento parece ser uma postura que contribui para abrir possibilidades de alteração do quadro atual da vida social, tendo em vista a realização humana, a partir de mudanças no plano cultural.

Para além de suas relações com a dimensão do trabalho, o lazer estabelece intimas relações com outras esferas, tais como a saúde, a educação, a religião, a política, dentre outras. No que se refere à saúde, existe um tratamento reducionista do termo o relacionado à ausência de doenças e uma compreensão de que as vivências de lazer são diretamente associadas a à produção de saúde. Segundo Carvalho (2008), as referências que fundamentam os trabalhos de lazer com enfoque na saúde são excludentes, preconceituosas, discriminatórias e pobres. O campo da saúde coletiva, que contempla a saúde pública, a medicina preventiva e a epidemiologia, não aparece nas discussões sobre o lazer.

É importante ressaltar que a saúde e o lazer são aqui compreendidos como fenômenos e necessidades sociais, bem como direitos sociais de todos os cidadãos. Carvalho (2005) destaca que na dimensão teórico-conceitual e metodo-

lógica, a saúde coletiva incorpora conhecimento e perspectivas do campo das ciências humanas, chamando a atenção dos profissionais voltados para a saúde, e nesse caso, incluímos os profissionais que atuam no lazer. Esses profissionais devem compreender a natureza pedagógica da sua intervenção, considerando fatores culturais, históricos, econômicos e políticos, relevando os elementos da cultura corporal como manifestações e expressões humanas com historicidade e significado para fazer contraponto à visão estritamente orgânica de corpo.

Sobre essa relação ainda, é fundamental refletir sobre a ideia de que o profissional do lazer é cuidador do corpo do outro, já que orienta sobre o que, como e por que fazer, buscando educar as pessoas para o autoconhecimento e para a conquista de sua autonomia. Visão essa que pode ser contemplada em sua atuação no campo da saúde (CARVALHO, 2005).

Outra relação possível de se estabelecer é entre o lazer e o campo da educação. Nesse sentido, Marcellino (1987) apresenta duas constatações: a primeira, que o lazer é um veículo privilegiado de educação; e a segunda, que para a prática crítica e criativa das atividades de lazer, é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação. Verifica-se, assim, um duplo processo educativo – o lazer com veículo e como objeto de educação.

Com relação ao entendimento do lazer como veículo de educação, é necessário considerar suas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos. Nesse caso, o lazer pode tanto cumprir objetivos consumatórios, como o relaxamento e o prazer propiciados pela prática ou pela contemplação, quanto objetivos instrumentais, no sentido de contribuir para a compreensão da realidade. As vivências de lazer podem favorecer, partindo do desenvolvimento pessoal, também o desenvolvimento social, a partir do aguçamento da sensibilidade pessoal, pelo incentivo ao autoaperfeiçoamento, pelas portunidades e contatos primários e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade.

Por outro lado, para o desenvolvimento de atividades no tempo disponível, de atividades de lazer, quer no plano da produção, quer no do consumo não conformista e crítico-criativo, é necessário aprendizado. Entretanto, quando a análise é dirigida ao lazer como objeto de educação, implicando a consideração da necessidade de difundir seu significado, esclarecer a importância, incentivar a participação e transmitir informações que tornem possível seu desenvolvimento ou contribuam para aperfeiçoá-lo, entra-se numa área polêmica e marcada por muitas interrogações.

Marcellino (1987) destaca algumas destas questões: como educar para o lazer conciliando a transmissão do que é desejável em termos de valores, funções, conteúdos, etc., com suas características de “livre” escolha e expressão? Possivelmente (COLOCAR VÍRGULA) essa escolha será mais autêntica quanto maior for o grau de conhecimento que permita o exercício da opção entre as diferentes alternativas.

As interfaces entre lazer e religião são polêmicas e podem se dar por vários caminhos conforme destaca Gabriel (2008). O autor destaca a importância que a teoria do lazer e a teologia possuem em busca de encontrar uma nova sín-

tese comprometida com a vida e a serviço da dignidade do homem. Além disso, o conhecimento da ética das diferentes religiões demonstram a capacidade de agir sobre várias esferas da vida, dentre elas o lazer.

Gabriel (2008) ainda destaca que o lazer pode influenciar a religião, na medida em que uma educação para o lazer, que supere a dimensão alienada e auxilie na elevação do conhecimento dos sujeitos para níveis críticos e criativos, pode exercer um papel de questionamento aos dogmatismos religioso. Visões que podem não estar comprometidas com uma sociedade justa e igualitária.

Alguns estudos demonstram que há uma variedade de atividades que acontecem no interior dos templos religiosos que extrapolam os momentos dos cultos. Santos e Mandarino (2005) estudaram como os jovens se organizam para garantir espaço para os cultos religiosos nos momentos de lazer. Os autores concluíram que o lazer religioso pode estar sub-representado no estudo, tendo em vista as novas formas midiáticas de relação com o *sagrado*. Destacam, ainda, a importância que as igrejas possuem na orientação e organização do tempo livre dos jovens do bairro estudado.

Conforme destacado no início deste tópico, o lazer pode estabelecer relações com as diferentes manifestações humanas, tais como o trabalho, a educação, a religião, a família. Além disso, pode se vincular a diversos aspectos sociais relevantes como a saúde, a inserção social, as relações interpessoais, abordando questões como fases da vida, gênero e qualidade de vida (aspecto abordado no último tópico dessa cartilha).

PARA LER

1. Para saber mais sobre as necessidades de inter-relações entre os vários componentes da vida social e do lazer, sugerimos a leitura do livro *Lazer e Sociedade*, organizado por Nelson Carvalho Marcellino, e publicado, em 2008, pela editora Alínea.
2. Para a vivência dos conteúdos culturais do lazer, sugerimos a leitura dos livros, organizados por Nelson Carvalho Marcellino: *Repertório de atividades de recreação e lazer*; *Lazer e recreação: repertório de atividades por ambientes*; e *Lazer e recreação: repertório de atividades por fases da vida* — todos publicados em Campinas, pela Editora Papyrus, e por SCHARTZ, G. *Dinâmica Lúdica: novos olhares*, São Paulo, Manole 2003.

TEXTO COMPLEMENTAR 1

TEMPO/ESPAÇO E ATITUDE

Nas reivindicações das associações de moradores, nos luminosos das lojas, nos anúncios de imobiliárias, nas propostas dos candidatos a cargos públicos, nos títulos de revistas, nas seções dos jornais e em muitas outras situações da vida cotidiana, a palavra “lazer” vem aparecendo com uma frequência cada vez maior, que não se verificava até bem pouco tempo atrás, pelo menos com tanto destaque. Isso faz com que seja quase inevitável, quando se aborda de maneira específica a temática do lazer, iniciar-se destacando os vários entendimentos que a palavra comporta na nossa sociedade, motivados pela incorporação relativamente recente do termo ao vocabulário comum. Além disso, não se pode deixar de considerar, ainda, que se trata de um termo carregado de preconceitos, motivados por um pretenso caráter supérfluo dessas atividades, contrapondo-se a nossa situação sócio-econômica, e pela sua utilização como instrumento ideológico, contribuindo para o mascaramento das condições de dominação nas relações de classes (“Pão e Circo”).

Com relação à utilização da palavra “lazer”, o que se verifica, com maior frequência, é a simples associação com experiências individuais vivenciadas, dentro de um contexto mais abrangente que caracteriza a sociedade de consumo, o que, muitas vezes, implica na redução do conceito às visões parciais, restritas aos conteúdos de determinadas atividades. Dessa forma, para algumas pessoas, lazer é futebol, para outras é pescaria, ou jardinagem, etc. O uso indiscriminado e impreciso da palavra, englobando conceitos diferentes e até mesmo conflitantes, fundamenta a necessidade de tentar precisá-lo no sentido de orientar discussões que contribuam para o seu entendimento e significado na vida cotidiana de todos nós.

Apenas pelo exemplo citado, percebe-se que **o entendimento do lazer não pode ser estabelecido somente a partir do conteúdo da ação, ou pelo menos que ele não constitui condição suficiente para a conceituação.** Se para algumas pessoas o futebol, a pescaria, a jardinagem constituem atividades de lazer, certamente isso não se verifica, em todas as oportunidades, para o jogador profissional, o pescador que depende da sua produção ou para o jardineiro. Além disso, aquilo que pode ser altamente atraente e prazeroso para determinada pessoa, não raro significa tédio ou desconforto para outro indivíduo. **Assim, as circunstâncias que cercam o desenvolvimento dos vários conteúdos são básicas para a concretização das atividades.**

Nesse particular, podem ser destacados como fundamentais os aspectos **tempo/espço e atitude.** O lazer considerado como **atitude** será caracterizado pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, **basicamente a satisfação provocada pela atividade.** O lazer ligado ao aspecto **tempo**, considera as atividades desenvolvidas no tempo liberado do trabalho, ou no **“tempo livre”**, não só das obrigações profissionais, mas também das familiares, sociais e religiosas. Apesar da polêmica sobre o conceito, a tendência que se verifica, na atualidade, entre os estudiosos do lazer, é no sentido de considerá-lo tendo em vista os dois aspectos - tempo e atitude.

A consideração do aspecto tempo/espaço na caracterização do lazer tem provocado uma série de mal entendidos. Um deles diz respeito ao conceito “livre” adicionado a esse tempo. Na realidade, considerado do ponto de vista histórico, tempo algum pode ser visto como livre de coações ou normas de conduta social. Talvez, fosse mais correto se falar em **tempo disponível**. Mesmo assim, permanece a questão da consideração do lazer como esfera permitida e controlada da vida social, o que provocaria a morte do lúdico, e a ocorrência do lazer marcada pelas mesmas características alienantes verificadas em outras áreas de atividade humana.

TEXTO COMPLEMENTAR 2

SIGNIFICADOS DO LAZER

Diferenças acentuadas quanto ao significado da palavra **lazer** podem ser observadas até mesmo nas conversas informais. Grande parte da população ainda associa o lazer às atividades recreativas, ou aos eventos de massa, talvez pelo fato de que a palavra tenha sido largamente utilizada, nas promoções de instituições com atuação dirigida ao grande público.

Essa tendência é reforçada pelos meios de comunicação de massa que, na maioria, divulgam as atividades separadamente, sob verbetes consagrados como teatro, cinema, exposições, esportes, turismo, etc., e, só mais recentemente, lazer, nesse caso sempre ligadas a manifestações de massa, ao ar livre e de conteúdo recreativo.

Até mesmo na denominação de órgãos públicos, a utilização da palavra lazer não obedece a critérios definidos. Nesses casos, o que se verifica é o simples acréscimo da palavra a outras já tradicionalmente utilizadas: são Secretarias ou Departamentos de Esporte e lazer, Turismo e lazer, Cultura e Lazer, etc.

Tudo isso contribui para que se acabe tendo uma visão parcial e limitada das atividades de lazer, restringindo o seu âmbito e dificultando o seu entendimento.

Os conteúdos do lazer podem ser os mais variados e para que uma atividade possa ser entendida como lazer, é necessário que se atenda alguns valores ligados aos aspectos tempo/ espaço e atividade.

Porém, o caráter parcial que se observa na consideração do conteúdo também é verificado quando se procura estabelecer a relação entre o lazer e seus valores. Descansar, “recuperar as energias”, distrair-se, entreter-se, recrear-se, enfim, o descanso e o divertimento são os valores comumente mais associados ao lazer.

Não há dúvidas de que o descanso e o divertimento são possibilidades abertas nas atividades de lazer. Assistindo a um espetáculo de teatro, ou esportivo, fazendo uma viagem, participando de uma festa, são inúmeras as oportunidades para o repouso, para a “higiene mental”, com a quebra da rotina, a liberação da imaginação, etc.

No entanto, além do descanso e do divertimento, outra possibilidade ocorre no lazer e, normalmente, não é tão perceptível. Trata-se do desenvolvimento pessoal e social que o lazer enseja. No teatro, no turismo, no esporte, na festa, etc., estão presentes oportunidades privilegiadas, porque espontâneas, de tomada de contato, percepção e reflexão sobre pessoas e as realidades nas quais estão inseridas.

Deve-se levar em conta, ainda, que, se o conteúdo das atividades de lazer pode ser altamente “educativo”, também a forma como são desenvolvidas abre possibilidades “pedagógicas” muito grandes, uma vez que o componente lúdico do jogo, do brinquedo, do “faz de conta”, que pode permear o lazer é uma espécie de denúncia da “realidade”, deixando clara a contradição entre obrigação e prazer.

A possibilidade de escolha das atividades e o caráter “desinteressado” de sua prática são características básicas do lazer. No entanto, o que se observa, muitas vezes, são práticas compulsivas, ditadas por modismos, ou denotadoras de “produtividade”. Valoriza-se a *performane*, o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem. E o próprio caráter social, requerido pela criatividade, confina e adia o prazer para depois do expediente, fins de semana, períodos de férias, ou, mais drasticamente, para o período de aposentadoria.

Não é possível se entender o lazer isoladamente, sem relação com as outras esferas da vida social. Ele influencia e é influenciado por outras áreas de atuação, numa relação dinâmica. Não entender esse processo pode levar a equívocos que são muito comuns.

Um deles manifesta-se na valorização unilateral das atividades de lazer, que não leva em conta uma série de riscos, como as possibilidades de sua utilização como fuga, fonte de alienação e simples consumo. Creio que considerar apenas uma esfera da atividade humana é entender o homem de maneira parcial. E muitos autores, fascinados pelas possibilidades abertas pelo progresso tecnológico, liberando tempo das obrigações profissionais, passaram, numa atitude radicalmente oposta à mitificação do trabalho, a propor o elogio do lazer, ou do “ócio criativo”, como finalidade de existência e ideal de felicidade. Dessa forma, todos os problemas pessoais e sociais estariam resolvidos, num passe de mágica, ou pelo menos, “compensados”, pelas possibilidades oferecidas pelo lazer.

O lazer é um campo de atividade em estreita relação com as demais esferas de atuação do ser humano. Na consideração das suas relações com a ação humana em seus diferentes campos, não podemos considerar as insatisfações, as pressões ou os processos de alienação que ocorrem em quaisquer dessas áreas. Dessa forma, a um trabalho empobrecedor, está ligado um lazer também empobrecedor e vice-versa. O “sentido” da vida não pode ser buscado, como muitas

vezes somos forçados a crer, apenas num fim de semana, ou numa viagem, embora essas ocasiões possam ser consideradas como possibilidades de felicidade e formas de resistência para o dia-a-dia.

A admissão da importância do lazer na vida moderna significa, considerá-lo um tempo/espaço privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social. Os movimentos ecológicos, de jovens, de mulheres, etc., têm alicerçado muito dos seus valores, com base na vivência e na reivindicação pela vivência do tempo/espaço de lazer.

O lazer não pode ser considerado como simples assimilador de tensões ou alguma coisa boa que ajude a conviver com as injustiças sociais.

Por isso, é importante registrar a opinião de alguns autores, entre os que se dedicam aos estudos do lazer, que observam a ocorrência, na nossa sociedade, não do lazer, mas do “antilazer”, ou o “lazer mercadoria”, sua própria negação.

VISÃO FECHADA E CÍNICA:

Se é preciso encarar as visões “funcionalistas” do lazer de uma perspectiva crítica, como colocado anteriormente, também é preciso denunciar que em nada contribui, para a mudança da situação dominante, uma visão crítica fechada e cínica, como alguns estudiosos pregam: “Lazer e capitalismo são incompatíveis”, “A felicidade não está nem no trabalho, nem no lazer, no nosso modo de produção”, etc. E daí? Vivemos aqui e agora. O que fazer? Esperar a situação ideal para agir? E enquanto isso não ocorre?

A psicanalista Maria Rita Kekl¹, analisando o filme “Cronicamente inviável”, de Sérgio Bianchi, faz uma interessante reflexão sobre o pacto do cinismo da sociedade brasileira contemporânea. O raciocínio caminha pela geração da culpabilidade, devido ao “excesso de compreensão”. Maria Rita conclui que há uma passagem quase imediata da “realidade” ao “cinismo”. Em seguida, e completando seu belo raciocínio, contrapõe o filme de Bianchi à montagem de Marco Antonio Braz, de “Bonitinha, mas Ordinária”, e especificamente à “... demonstração genial de Nelson Rodrigues de que o efeito de um discurso crítico fechado sobre si mesmo pode ser a socialização do que ele pretende demolir... desautoriza qualquer aposta em outra dimensão que não seja a canalhice”².

Que a análise da realidade e a tomada de conhecimento de sua mísera crueza não nos sirvam de álibis para cinismo e canalhice.

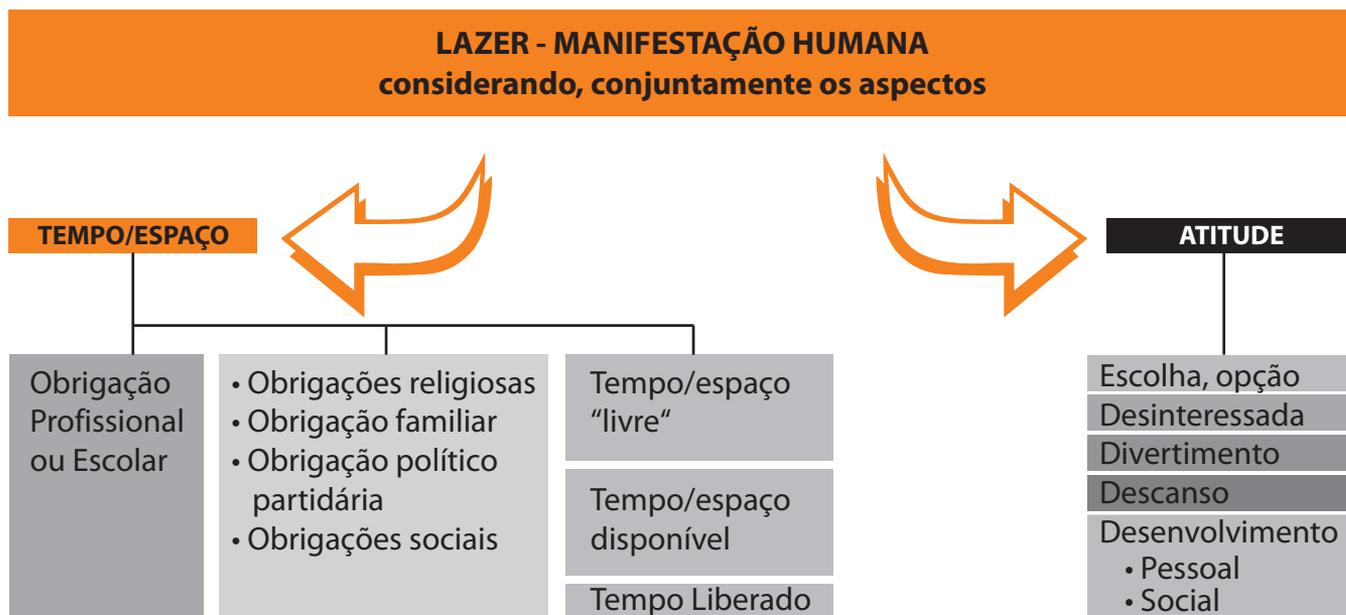
O lazer abre múltiplas possibilidades. É preciso ações que se contraponham à da indústria cultural, na maioria das vezes, exploradora do lazer mercadoria, do entretenimento na sua pior conotação.

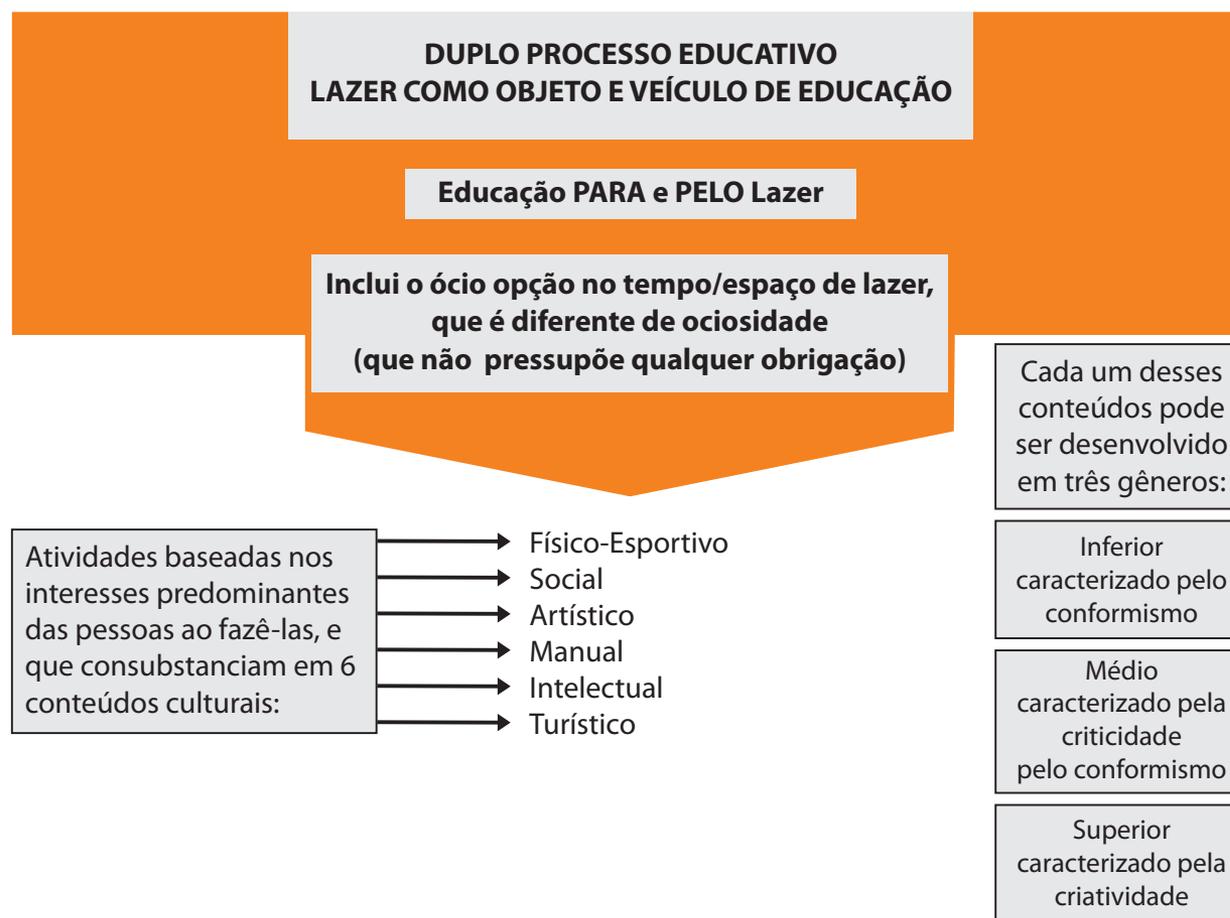
¹ O pacto do cinismo. Folha de São Paulo, Domingo, 04 de junho de 2000, Mais, 30 e 31.

² Idem

Lazer sim, mas não qualquer lazer. Não o mero entretenimento, não o “lazer-mercadoria”. Cada vez mais precisamos do lazer que leve a convivencialidade, mesmo, por paradoxal que isso possa parecer, sendo fruído individualmente. Convites à convivência significam, do meu ponto de vista, minimizar os riscos da exacerbação dos próprios componentes do jogo, segundo CALLOIS: a **competição**, que não leve à violência, a **vertigem**, que não leve ao risco não calculado de vida, a **imitação**, que não promova o fazer de conta imobilizante da pior fantasia, **sorte/azar**, que não provoque alheamento.

TEXTO COMPLEMENTAR 3



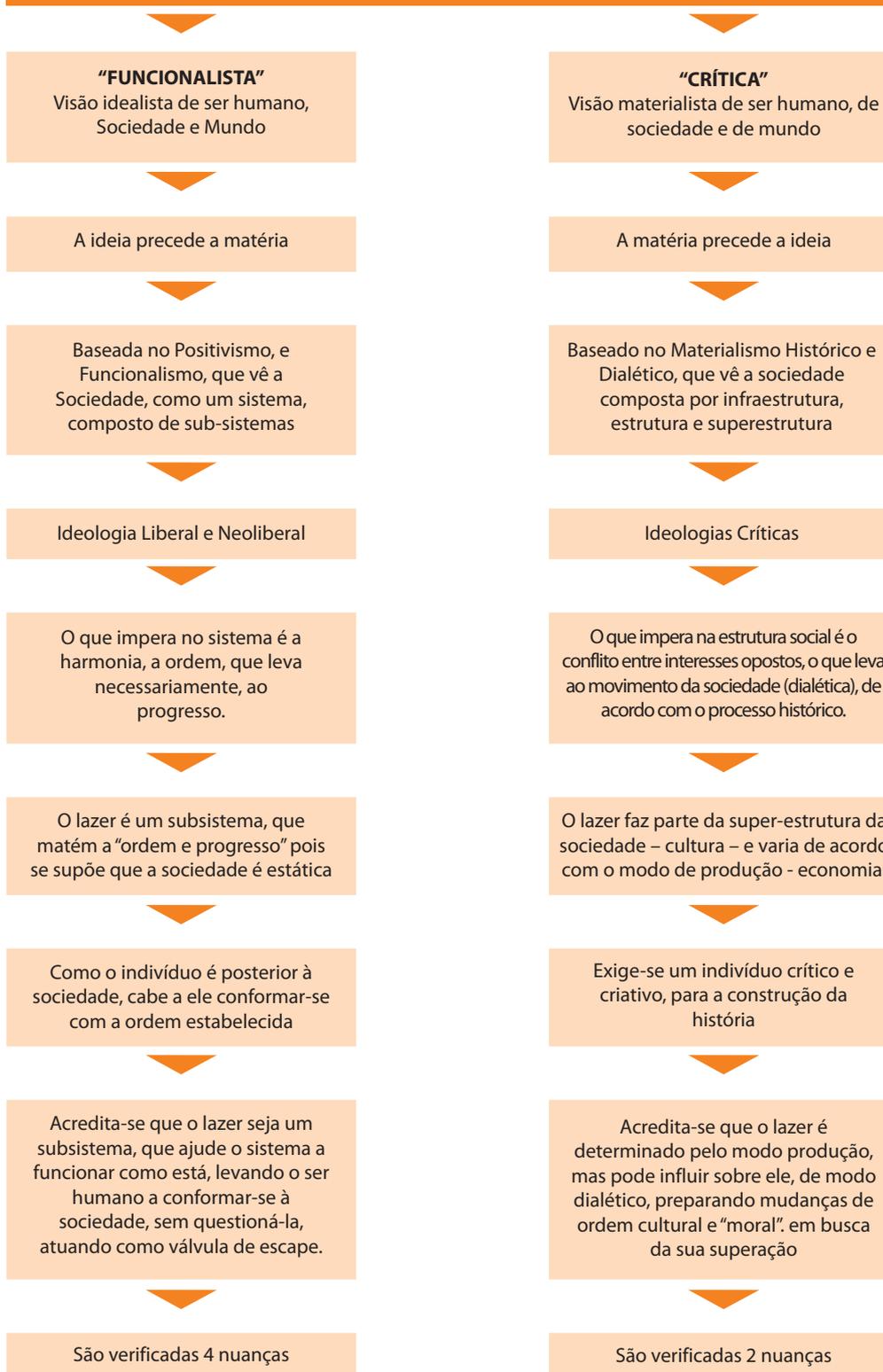


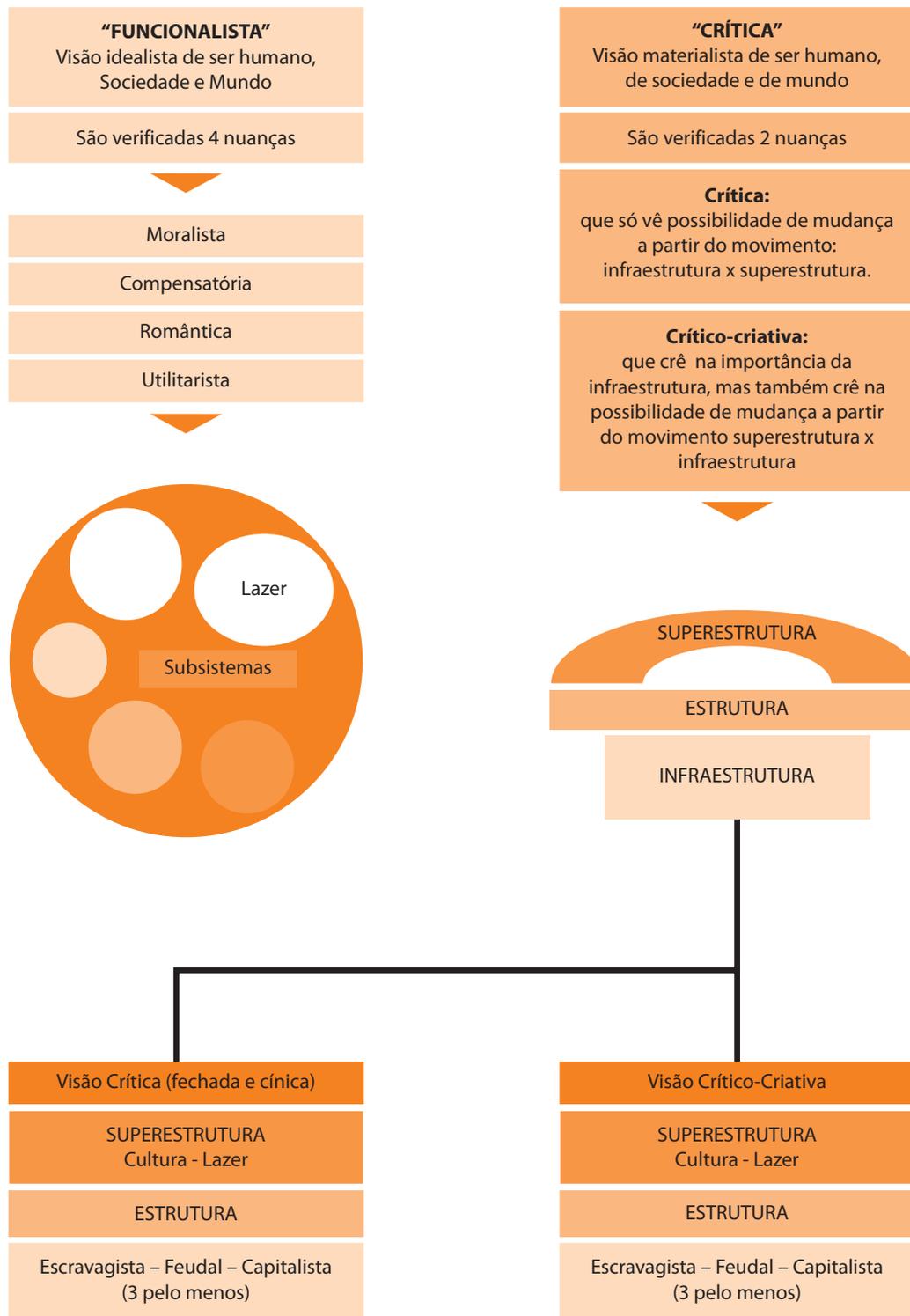
EM SÍNTESE...

O Lazer é considerado, portanto, como a cultura, praticada, assistida ou conhecida, no tempo/espaço disponíveis, com determinadas características de atitude, abrangendo a atividade (conteúdos culturais), e a não atividade (ócio), em três gêneros e levando em conta a superação de níveis conformistas para críticos e criativos, oferecendo possibilidades de descanso, de divertimento e desenvolvimento pessoal e social, este vinculado ao duplo aspecto educativo do lazer, como objeto e veículo de educação.

A "atividade" ou "passividade" dos conteúdos não depende de qual deles se fala, do gênero, mas sim da superação de níveis. Assim não depende do que se faz, mas do como se faz.

VISÕES IDEOLÓGICAS DO LAZER







ASSIM...

- Todo Lazer é cultura, mas nem toda cultura é lazer, pois abrange também o campo das obrigações
- Todo o esporte é cultura, mas nem todo esporte é lazer, pois temos o esporte como profissão
- Todo o turismo é cultura, mas nem todo turismo é lazer, pois temos o turismo como profissão e o turismo e negócios.
- Todo a arte é cultura, mas nem toda arte é lazer, pois temos a arte como profissão.
- Isso ocorre com todos os conteúdos culturais do lazer.

LAZER PRESENTE NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, datada de 1948, da Organização Mundial das Nações Unidas, esclarece em seu artigo XXIV que: “todo homem tem direito a repouso e lazer, à limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas”.

PARA BUSCAR NA INTERNET:

A Declaração Universal dos Direitos do Homem está disponível no site www.dhnet.org.br

Além disso, o Pacto Internacional sobre Direitos econômicos, sociais e culturais, de 1966, aprovado pelo Decreto Lei n. 226 de 12 de dezembro de 1995, e promulgado pelo Decreto n. 591, de 1992, afirma no artigo 7º: “ser direito de toda pessoa gozar de condições de trabalho justas e favoráveis que assegurem especialmente... d) o descanso, o lazer, a limitação das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas, assim como a remuneração dos feriados”.

Cury (2006) nos ajuda a compreender que salário, férias, previdência, justiça trabalhista não aconteceram em nosso país de maneira simples. A chegada a um patamar legal que não deixasse o cidadão a mercê das oscilações do livre mercado e da exploração presente no final do século XIX do milênio passado, resultou de muitas lutas e embates.

Mas, foi no interior da ditadura estadonovista que se concretizou em nosso país a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelo Decreto Lei no. 5.452/43. Essas leis apresentaram uma série de regras que disciplinaram as relações de trabalho e regulamentam os períodos de descanso, do direito a férias e sua época e duração e do direito à previdência social (CURY, 2006).

PARA BUSCAR NA INTERNET

Para ler uma compilação da CLT, ver www.planalto.gov.br . Clicar em Legislação e depois em Decreto-Lei, em seguida procure o Decreto-Lei no. 5.452/43.

No entanto, foi na Constituição Federal de 1988, que o Lazer aparece no Título II, Capítulo II, Artigo 6º, como um dos direitos sociais: o termo aparece em outras partes, mas só é tratado, quanto à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção III, Do Desporto, no Artigo 217, no 3º. E último parágrafo do item IV – O Poder Público incentivará o

lazer, como forma de promoção social. Nota-se, ainda, a vinculação a um único conteúdo cultural (esporte), restringindo as possibilidades de abrangência dos vários grupos de interesse.

ATENÇÃO

A expressão promoção social é carregada de vícios assistencialistas e é insatisfatória para definir o direito à felicidade, que sempre precisa de justificativas baseadas em critérios de “utilidade”.

Em seguida, no capítulo dos Direitos Sociais, artigo 7, referindo-se aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, no parágrafo IV, a Constituição inclui o lazer como uma das necessidades básicas que o salário mínimo deve atender.

[...] salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidade vitais básicas e às de suas famílias como moradias, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. (BRASIL, Constituição da República Federativa do, p. 13).

No título VIII, Capítulo VII – Da Família, Da Criança, Do Adolescente e Do Idoso , Artigo 227, diz que:

É dever da família, da sociedade e Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o lazer, a profissionalização, a cultura , a dignidade, o respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, Constituição da República Federativa do, p. 48).

Para Cury (2006, p. 22) “o direito social é um investimento, assegurado pelo Estado, que visa reduzir progressivamente as desigualdades, controlar os excessos dos interesses privados e dar oportunidade a todos de acesso a determinados bens sociais indispensáveis a uma vida digna e a uma participação cívica consciente”.

Segundo Gomes (2006), refletir sobre o lazer como um direito social, garantido em nossa constituição, desloca o foco de discussão para as conquistas sociais que se vinculam a ele. E nesse sentido, estamos falando da limitação da jornada de trabalho e do final de semana, férias e feriados remunerados. De certa maneira, esses são os momentos “con-sagrados” ao lazer no Brasil e no mundo.

No entanto, é preciso pontuar que a institucionalização do direito não garante o acesso ao lazer, e muito menos a sua vivência crítica e criativa. O lazer como direito social é, segundo Cury (2006), uma dessas prestações sociais a que o Estado está obrigado e que representa, portanto, um bem social indispensável. Tê-lo como direito é um grande avanço social, incorporando como direito algo que abre as potencialidades dos sujeitos em busca de uma vida com qualidade.

Cury (2006) ainda afirma que foi por meio das lutas históricas, de redução das horas de trabalho; de determinados estatutos de seguridade e previdência sociais e de conquistas parciais como férias, que o lazer foi deixando de ser propriedade das classes privilegiadas e se tornando princípio de equalização social inscrito na lei e na consciência dos sujeitos. Isso não quer dizer que o lazer não seja assumido de maneira distinta pelas diferentes classes sociais, apesar de haver uma tendência de massificação e padronização das vivências de lazer, motivadas principalmente pelos meios de comunicação de massa. De qualquer maneira, é preciso considerar que se o momento da emissão é padronizado, ele não ocorre com o momento de recepção.

Aprofundando na Legislação Brasileira, encontramos o tema lazer no Estatuto da Criança e do adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Com o estabelecimento do processo democrático em nosso país, na década de 1980, passamos por um reordenamento político e pela ampliação dos espaços de discussão sobre os direitos da população brasileira. Essas mudanças colocaram em cheque a legislação dirigida à infância e à juventude, conhecida como Código de Menores.

Segundo Grandino (s/d), era preciso que, naquele momento, também a legislação referente à infância e à juventude atendesse às mudanças mais amplas de reconhecimento das singularidades da criança e do adolescente, e que correspondesse à condição de pessoas em desenvolvimento. Da convergência dessas diferentes dimensões: de reconhecimento da especificidade dessas faixas etárias, do levantamento de suas potencialidades, da compreensão daquilo que é necessário para garantir o desenvolvimento pleno e digno a todas as crianças e adolescentes de nosso país, bem como assegurar-lhes direitos civis, que foram estendidos a todos os cidadãos brasileiros é que, em 1990, o Brasil promulgou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ainda segundo Grandino (s/d), o Estatuto está sustentado na Doutrina da Proteção Integral, orientado para a população brasileira infante juvenil. Sem discriminar nenhuma parcela, reconhece essas faixas etárias em sua condição especial de pessoas em desenvolvimento e lhes assegura direitos individuais e específicos. Dividindo-se em medidas protetivas e socioeducativas. Contempla ainda todas as dimensões necessárias ao desenvolvimento humano, indicadas nos direitos fundamentais de garantia “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária”.

PARA BUSCAR NA INTERNET

O Estatuto da Criança e do Adolescente está disponível no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

Além disso, é no Capítulo IV que trata “Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer” que surgem possibilidades de discussão sobre a temática do lazer. No entanto, o capítulo aprofunda nos direitos relacionados e educação escolar e abre possibilidades de pensar o lazer somente nos artigos 58 e 59.

Art. 58. No processo educacional, respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Nesses artigos, a leitura do lazer pode ser feita através da compreensão de que a Escola pode ser um espaço de educação para e pelo lazer, bem como destaca a necessidade de destinação de recursos e espaços para a vivência de lazer dessa faixa etária, mas não há um aprofundamento sobre essa discussão.

O Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741 de 1 de outubro de 2003, pode ser considerado um instrumento de cidadania com vistas a garantir os direitos da pessoa idosa na sociedade brasileira. Assim, a intenção do Estatuto é efetivar os direitos das pessoas consideradas idosas, que, de acordo com o documento, são sujeitos com idade igual ou superior a 60 anos de idade.

Segundo Magalhães (s/d), não podemos afirmar que anteriormente não havia nenhuma legislação a favor dos idosos. A autora cita a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso (Lei 8.080 de 1990), a Lei Orgânica da Assistência Social nº. 8.742 de 1993, a Constituição Estadual (Lei 13.463 de 1999) e até as Leis Orgânicas dos municípios estabelecem artigos buscando propiciar uma vida com dignidade, respeito, e justiça social aos que envelhecem. Cada uma dessas legislações aponta metas e características diferenciadas, por exemplo: A Política Nacional do Idoso, que objetiva colocar em prática ações voltadas não apenas para os que estão velhos, mas àqueles que vão envelhecer, no sentido de garantir melhor qualidade de vida ao idoso.

Especificamente sobre a questão do lazer, o termo aparece no artigo 3º.

“É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.”

Além disso, o Capítulo V – “Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer aborda especificamente a questão do lazer, que é tratado principalmente, no Artigo 23:

“A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de

pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais”.

Do nosso ponto de vista, a legislação aponta caminhos interessantes, mas o lazer é visualizado a partir do desconto e do acesso para participação de eventos, o que do nosso ponto de vista limita o tratamento da questão e restringe suas possibilidades diante da diversidade de opções que podem ser trabalhadas com os sujeitos dessa faixa etária.

PARA BUSCAR NA INTERNET

O Estatuto do Idoso está disponível no site <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.741.htm>

Ainda na linha da garantia dos direitos de grupos específicos, temos o Estatuto das Pessoas com Deficiência, Decreto Lei n. 3.298, de 21 de dezembro de 1999. Também esse Decreto apresenta no Artigo 2º. O lazer junto a outros direitos das Pessoas com Deficiências:

“Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico”.

A Seção V trata especificamente “Da Cultura, do Desporto, do Turismo e do Lazer” e apesar de tratar o lazer da mesma maneira que a constituição Federal, ou seja, como forma de promoção social, apresenta elementos importantes para a consolidação do direito desses sujeitos. Os artigos desta seção tratam do lazer centrado na perspectiva de construção e adaptação dos espaços de lazer para o acesso de pessoas com deficiência.

PARA BUSCAR NA INTERNET

O Estatuto da Pessoa com Deficiência pode ser acessado no site <http://www.camarpho.hpg.ig.com.br/Leis/estatutodeficiente.htm>

Pelo que foi apresentado até o momento, percebe-se que o lazer, cobrindo as diversas faixas etárias do cidadão,

está garantido como um direito social, em diferentes leis e documentos oficiais importantes e é dever do poder público executá-lo. No entanto, o que se verifica é que em nenhuma dessas leis aparece com clareza como o poder público assegurará o cumprimento desses direitos sociais.

É perceptível que a existência da legislação e o fortalecimento de importantes organizações lideradas pelos diferentes sujeitos sociais fortaleceram o novo debate sobre a equiparação de oportunidades de lazer desses segmentos à de a toda a população. Mesmo assim, as visões de lazer disponíveis precisam avançar bastante para assegurar atividades cotidianas para que os sujeitos possam buscar os meios para combater a sua exclusão social.

AS BARREIRAS PARA O LAZER E A IMPORTÂNCIA DA VIVÊNCIA LÚDICA NO LAZER COMO FATOR DE QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS

Embora possa ser discutida a qualidade das ocupações desenvolvidas pelas pessoas no seu tempo disponível, não se pode negar que ele é preenchido com atividades. No entanto, quando se observa a realidade concreta, verifica-se um rompimento do quadro ideal do desenvolvimento do lazer pela população em geral, podendo ser observado que, mesmo em cidades de “tradição”, no que se refere a essa esfera de atividade, como o Rio de Janeiro, por exemplo, grande parcela dos habitantes trabalha nos finais de semana e, mesmo as pessoas que exercem atividades profissionais, restringem suas programações, a grande maioria ficando presa ao ambiente doméstico.

O fato de que alguns conteúdos de atividades são bastante difundidos entre a população em geral, dá-nos apenas uma visão muito particularizada da apropriação do lazer. É preciso que sejam considerados aspectos importantes, verificados na situação, que restringem quantitativa e, sobretudo, qualitativamente o acesso à produção cultural.

As pesquisas de que dispomos nessa área, no Brasil, são poucas e restritas ao uso de determinados equipamentos, como cinemas, teatros, bibliotecas, parques, etc., e não fornecem muitos indicadores que permitam caracterizar, com precisão, os participantes. A despeito disso, podemos distinguir, em linhas bastante gerais, um público marcadamente jovem, com grau de instrução e condições econômicas acima da média da população.

O fator econômico é determinante desde a distribuição do tempo disponível entre as classes sociais até as oportunidades de acesso à escola, e contribui para uma apropriação desigual do lazer. São as barreiras interclasses sociais.

Sempre tendo como pano de fundo esse fator econômico, podemos distinguir uma série de fatores que inibem e dificultam a prática do lazer, fazendo com que ela se constitua em privilégio. São as barreiras intraclasses sociais.

Um desses fatores é o sexo e nesse aspecto, as mulheres são desfavorecidas comparativamente aos homens, ou pela rotina do trabalho doméstico, ou pela dupla jornada de trabalho e, principalmente, pelas obrigações familiares decorrentes do casamento, numa sociedade que, apesar dos avanços nesse campo, continua machista.

Outro aspecto a ser considerado é a faixa etária. Aqui as crianças e velho são os esquecidos. A criança por não ter ainda entrado no “mercado produtivo”, não é considerada como ser com uma faixa etária que deve ser vivenciada, mas apenas como uma etapa de preparação para o futuro. Marcellino (1990), criticando o furto do lúdico na infância, afirma que nessa fase da vida há uma impossibilidade de viver o presente, em nome de uma preparação para um futuro que não pertence à própria criança. E nesse caso, encontramos crianças que vivem desde cedo a rotina do trabalho, ou melhor, da necessidade de trabalhar, em função das dificuldades pelas crianças e por suas famílias. E por outro lado, temos outro

panorama que também dificulta a vivência do lúdico por esses sujeitos e nesse caso, são crianças que possuem melhores condições de vida, mas que são obrigadas a participar de diversas atividades (esportes, computação, línguas etc), que nem sempre são prazerosas e de escolha da criança.

O idoso por já ter saído do mesmo “mercado”, também tem dificuldades de participação nas atividades de lazer. Em nações como o Brasil, lamentavelmente a expansão quantitativa da população idosa não vem sendo acompanhada das necessárias condições que poderiam proporcionar uma vida com mais qualidade na velhice. Assim, esta parcela da população se encontra vulnerável a exclusões e discriminações de toda ordem – não por falta de legislação, mas de ações efetivas e de uma mudança de mentalidade da população em geral, que normalmente *classifica o idoso como um fardo* para a sociedade e tem uma *imagem deturpada da velhice*.

Com relação à juventude e à idade adulta, a realidade parece, também, apontar muitos limites no que se refere às possibilidades de lazer. Segundo Melo (2003), existe uma carência de opções de lazer para a juventude que, por certo, encontra-se ainda mais fortemente cercada pelas mais diversas iniciativas de manipulação cultural, até porque são visualizadas como um dos principais “nichos de mercado”, bem como devemos considerar uma certa “juventude idealizada”, que é tida como modelo padrão socialmente saudável. Esse fenômeno já vem sendo discutido e é denominado de “adoscentilização da cultura”.

Sobre a idade adulta, destacamos que o trabalho passa a ser fundamental e extremamente valorizado, o que remete a dimensão do lazer a um plano secundário, até mesmo considerando que esses indivíduos ainda devem cumprir as demais obrigações presentes em seu cotidiano (religiosas, familiares, políticas, etc.). É nessa fase da vida, também, que os sujeitos e conseqüentemente as suas possibilidades de lazer são valorizados pela sua capacidade de consumo. No entanto, nem todos os adultos podem ser consumidores, afinal todos estão sujeitos a inúmeras opções, mas nem todos detêm os meios de ser optantes, concretizando assim os seus desejos.

Por outro lado, destacamos que o aspecto tempo é fundamental na caracterização do lazer. Mas, não podemos nos esquecer que o tempo não se apresenta isolado do espaço. E as oportunidades desiguais na apropriação do espaço também constituem uma das barreiras mais importantes para o acesso ao lazer.

Além disso, no plano cultural, uma série de preconceitos restringem a prática do lazer aos mais habilitados, aos mais jovens, e aos que se enquadram dentro dos padrões estabelecidos de “normalidade”.

Dessa forma, a classe social, o nível de instrução, a faixa etária, o sexo, o acesso ao espaço, a questão da violência crescente nos grandes centros urbanos, entre outros fatores, limitam o lazer a uma minoria da população, principalmente se considerarmos a frequência na prática e a sua qualidade.

São indicadores indesejáveis e que necessitam ser atacados por ações ou políticas que objetivem a democratização cultural, que possa garantir um lazer crítico, criativo e que contribua para a melhoria da qualidade de vida dos

sujeitos. Por isso, o importante é considerar o lazer baseado no desejo de autorrealização, nas relações sociais, no desenvolvimento das potencialidades, na aprendizagem continuada.

PARA ASSISTIR

Assista ao documentário “Olhos Azuis”, exibido no Brasil pelo Canal GNT, que trata a questão dos preconceitos e das barreiras sociais que impedem não somente as vivências de lazer, mas também um viver mais digno.

A vivência lúdica revela a possibilidade de que tudo seja diferente, significativo e prazeroso para aqueles que brincam, uma vez que se buscam momentos de brilho que ampliem as dimensões da qualidade do viver. Podemos ressaltar como indicador de qualidade de vida, além do lazer, um conceito ampliado de saúde, que procura avançar a estrutura histórica restrita à prevenção primária e caminha para o desenvolvimento do ser humano em sua plenitude – considerando o seu saber popular, o seu bem estar e a sua realização em diferentes aspectos (sociais, educacionais, profissionais, culturais, políticos, etc). Os anúncios lúdicos sobre o viver falam, assim, dos horizontes possíveis, buscando estratégias críticas e criativas de alargar a compreensão sobre os condicionantes e sobre as manobras impostas em nosso contexto. Com autenticidade e autonomia, as normas são construídas coletivamente, fazendo da liberdade um exercício dialético, fruto da interação com o próprio corpo, com os outros, com os materiais e com a realidade sociocultural histórica.

Portanto, a ideia de qualidade de vida tem relação direta com as condições de vida dos sujeitos, bem como com a democracia, com o desenvolvimento e com os direitos humanos e sociais, conforme sinalizam Minayo; Hartz; Buss (2000). Nesse sentido, podemos repensar a ideia de qualidade de vida a partir de um conceito renovado, vinculado à percepção de um contexto comunitário e solidário, algo compartilhado entre os sujeitos de um contexto social.

Pedro Demo (1985, p. 113) destaca a qualidade de vida tendo como referência a ideia de participação:

“participação é a poesia da qualidade, como qualidade é o hino da participação. A qualidade própria da vida humana é a participação”.

Demo (1985) afirma que o social está ligado à ideia de desigualdade social e que a questão social é propriamente a desigualdade social e que, então, a política social tem como objetivo específico o enfrentamento da questão social. A política social, segundo ele, tem dois campos principais: o socioeconômico e o político. O socioeconômico volta-se para a sobrevivência material, satisfação de necessidades de ordem material e que, de certa forma, insere a ideia quantitativa da vida. No entanto, Demo centra seus estudos no segundo campo – o político, onde encontramos, como fundamental, a questão da participação e é este segundo campo que o autor denomina de *Qualidade de Vida*.

Para Demo (1985, p. 121) a problemática da participação é complexa, abrangendo cinco pontos básicos:

- a) organização da sociedade, onde distingue principalmente dois momentos: a organização de grupos de interesse, que se compõem em torno de interesses comuns e a organização comunitária, num determinado espaço;
- b) planejamento participativo em política social, no qual a população é a verdadeira interessada, pois a discussão importante é sobre a qualidade do Estado, ou seja, de sua democratização, que quer dizer impregnação participativa;
- c) processo educativo, que se entende como formação da cidadania, pois educação é a comprovação da potencialidade de cada um;
- d) cultura, como processo de identificação comunitária e, assim, como substância da motivação participativa; e
- e) os direitos fundamentais, chegando-se à ideia de direitos do homem, da criança, da mulher, do idoso e outros. Na Constituição, esses direitos fundamentais denominam-se de Direitos Sociais.

Ao apontar os componentes da participação, o autor afirma que qualidade de vida é participação, porque é o momento em que o homem mais se encontra consigo e com os outros. A comunidade autêntica realiza a individualidade, bem como a individualidade autêntica se coroa na comunidade.

Portanto, a qualidade de vida almejada pelo lazer em seu sentido social, histórico, cultural e político assume, pois, os princípios da qualidade sociocultural, elemento chave na busca por condições dignas de vida para todos. Assim, o lazer se torna um espaço para a luta contra a exploração e alienação dos sujeitos, procurando desenvolver a consciência reflexiva calcada não somente na realidade concreta, mas também na possibilidade de atuar sobre ela em busca de saídas. Para isso, é preciso que a educação para e pelo lazer abrace o seu papel multicultural, valorizando o afetivo, a solidariedade e a intersubjetividade, considerando, ainda, a diversidade cultural e a democratização social na construção de uma educação para todos, que enfatize a igualdade, mas não elimine as diferenças. Assim, é preciso alargar espaços para os sonhos, para os desafios e para os riscos que sua realização impõe. E é justamente o repartir da alegria nesse processo que colabora com a formação de sujeitos lúdicos e com o compromisso do lazer com a promoção da qualidade de vida.

TEXTO COMPLEMENTAR 1

LÚDICO: O JOGO DAS PALAVRAS:

Um jogo de palavras. Assim poderia ser caracterizado o traço comum no tratamento das questões conceituais relacionadas ao campo das manifestações lúdicas. Melhor seria falar em jogo de “caça às palavras”. Não é nosso propósito “entrar” nesse jogo. Trabalhos recentes têm se debruçado em dicionários, enciclopédias e obras especializadas procurando definições. Mas, uma tomada de posição, ainda que preliminar, sobre o lúdico enquanto manifestação, é pré-requisito para qualquer “jogo” que o envolva. Exige, pois, um exame, mesmo que breve e incompleto, das várias perspectivas, ou melhor, das diversas fontes a partir das quais possa ser considerado.

Percorrer os verbetes dos dicionários na busca do significado do lúdico é uma experiência interessante, mas pouco esclarecedora, sobretudo se for considerado que a tarefa de especificar um conceito implica na restrição do uso das palavras a ele relacionadas. Neste caso, a restrição é problemática, pois mais de uma dezena de substantivos são registrados, nos dicionários da língua portuguesa, no rol dos termos relativos ao lúdico. Dessa forma, pelo simples significado comum das palavras que o designam, uma conclusão razoável a que se pode chegar, além da imprecisão, é exatamente o caráter abrangente do lúdico enquanto manifestação.

O grande número de palavras, entretanto, não contribui para a sua especificação. Pelo contrário, a dificuldade de precisão das palavras relacionadas ao lúdico é manifestada, quase sempre, nas traduções para o português, de textos da área. É comum, o aviso dos tradutores, nas notas de rodapé, sobre as possíveis imprecisões, pelo fato, por exemplo, de uma única palavra “brinquedo” designar tanto o objeto quanto a ação do brincar.

No campo específico da Filosofia, vários termos, como “divertimento” e “júbilo/alegria”, têm merecido consideração, mas são as tentativas de entendimento do “jogo” que vêm demandando maior esforço dos filósofos. Nosso objetivo presente não é uma análise dos desdobramentos das discussões dos vários conceitos relacionados ao lúdico. Para o âmbito deste artigo, importa destacar a não restrição da natureza do lúdico a uma esfera determinada. E pelo menos os três principais termos utilizados na tradição filosófica não podem ser considerados mutuamente excludentes para a sua manifestação.

Assim, para Huizinga, a realização do lúdico se dá no jogo (1971, passim), que tem sua essência no **divertimento** (prazer, agrado, **alegria**) (ibid., p.5.). Tentando resumir as principais características do jogo, ele o destaca como “... uma atividade livre, conscientemente tomada como ‘não séria’ e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo uma certa ordem

e certas regras. Promove a formação de grupos sociais com tendência a rodearem-se de segredo e a sublinharem sua diferença em relação ao resto do mundo por meio de disfarces ou outros meios semelhantes”(ibid., p.16). Outra possibilidade para a manifestação do lúdico é o domínio da **festa**. E ao abordar as relações entre a festa e o jogo, Huizinga constata estreitas relações quanto aos elementos comuns: eliminação da vida cotidiana, predomínio da **alegria**, combinação de regras com liberdade: “Em resumo, a festa e o jogo têm em comum suas características principais” (ibid., p.25). Dessa forma, na abordagem conceitual do jogo, o autor utiliza termos variados e considerados, por outros filósofos, distintos e fundamentais para a manifestação do lúdico.

As contribuições de Huizinga foram criticadas e receberam adendos de Eco (1989) e Callois, R. (1988, 1990). No entanto, ainda assim, o lúdico fica restrito ao universo do “jogo”.

Na área das chamadas Ciências Humanas, vamos encontrar, quer nos autores clássicos, quer nos contemporâneos neles baseados, tentativas de especificação conceitual bastante variadas. Algumas delas procuram a caracterização do jogo, do brinquedo e da brincadeira, por exemplo, através da distinção de traços que seriam constitutivos de cada um deles.

O trabalho desenvolvido pelo sociólogo Paulo de Salles Oliveira (1982, 52-62; 1986b, passim; 1986a . 25-31), confrontando as posições de diversos autores, conclui pela caracterização do brinquedo como objeto, cuja utilização seria marcada, com maior intensidade, pelo exercício individual e pela gratuidade, enquanto o jogo e a brincadeira seriam distinguidos pela ação coletiva mais próxima do culto à excelência na prática, à destreza, ao desejo de vencer e à disputa.

Outros autores, como Joseph Leif & Lucien Brunelle (1978, 94), fazem a distinção em termos de valores, associando, de forma direta, um caráter positivo ao jogar (em inglês: “to play”) e negativo ao brinquedo (em inglês: “toy”).

E há, pelo menos, uma terceira postura, que pode ser verificada, por exemplo, no trabalho das psicólogas Edda Bomtempo e Carmem Lúcia Hussein (1986, 17-28). Também a partir da análise de conceitos de vários autores para designar o brincar, elas concluem pela dificuldade de chegar-se a definições, optando pela utilização de termos variados, respeitando o contexto dos diversos autores que os empregam. Mas, mesmo essa proposta não é de fácil operacionalização. Dificuldades de tradução à parte, o clássico Walter Benjamim (1984, 70) considera o brinquedo “instrumento do brincar” da brincadeira, distinguindo-o do jogo, pois nesse predomina o caráter de imitação. Entretanto, no decorrer dos seus escritos sobre o assunto, verifica-se o uso das expressões brinquedo e brincadeira indistintamente (ibid., passim). Entre os brasileiros que tratam do tema, a precisão, com relação aos termos utilizados, parece não constituir motivo de preocupação. Rubem Alves, por exemplo, em algumas de suas obras, serve-se de termos variados para se referir ao lúdico, destacando-se “brinquedo” e “jogo”(1986, 95-107; 1985, 22-24 e 165-184).

A questão permanece quando se deixa o terreno exclusivo das palavras e se procura analisar o contexto concreto da experiência lúdica. Aqui, além da abrangência, pode-se constatar a forte carga de subjetividade que o lúdico envolve.

A mesma Edda Bomtempo, em outro trabalho, embora distinguindo “jogo” enquanto comportamento, e “brinquedo” enquanto objeto, destaca, baseada em exemplos de conteúdo, a subjetividade de qualquer julgamento envolvendo a diferença entre jogo e brinquedo, considerando que “... nada permite afirmar que determinado tipo de comportamento é jogo ou que determinado objeto é brinquedo” (em Oliveira, P.S., 1982, 23). Dessa forma, a análise descritiva das atividades lúdicas, presente nos estudos de determinada tradição folclórica (Cascudo, 1962; Araújo 1964), ou mesmo nos manuais de recreação (Marinho, 1981, Miranda 1984), enfatizando o conteúdo, não contribui para o esclarecimento do seu significado mais abrangente, como campo de manifestação.

Por outro lado, as tentativas de análise puramente conceitual, que procuram isolar as manifestações lúdicas, reduzindo-as segundo critérios racionais, no nível exclusivo das “ideias”, também não contribuem para o reconhecimento do seu campo de manifestação, uma vez que, tomadas em conjunto, reúnem uma ‘serie de termos, usados até mesmo como sinônimos, para designá-lo. As tentativas de diferenciação entre os vários termos, talvez devido ao caráter artificial das classificações, e a forte carga de subjetividade que os conteúdos comportam, variam de autor para autor, chegando a uma abrangência de tal porte, que inviabilizaria sua caracterização. A questão também é examinada dessa perspectiva, de modo específico com relação ao termo “festa”, por José Cláudio Noel Ribeiro Jr.(1982) .

Essas considerações sobre a questão conceitual reforçam nossa posição de optar por uma abordagem do lúdico não “em si mesmo”, ou de forma isolada nessa ou naquela atividade (brinquedo, festa, jogo, brincadeira, etc.), mas como um componente da cultura historicamente situada. Outras opções poderiam implicar na colocação apenas parcial e abstrata das questões que o lúdico envolve, o que poderia contribuir para uma armadilha de uma análise meramente ideológica e, por conseguinte, embasadora de propostas reforçadoras da situação vigente, que entre outros aspectos indesejáveis desvaloriza o lúdico.

O FURTO DO LÚDICO, DA CULTURA DA CRIANÇA – IMPLICAÇÕES

A aplicação do termo lazer à infância não é consensual, entre os autores que estudam o assunto. Isso ocorre pelo peso considerável do aspecto tempo na conceituação do lazer, o que pode levar à consideração da não aplicabilidade à criança, uma vez que, pelo menos em termos ideais, a infância seria marcada pelo descompromisso, pela falta de obrigações, o que implicaria na impossibilidade de contraposição obrigação/lazer e, conseqüentemente, da demarcação de um tempo “livre”, ou “disponível”, para essa faixa etária.

Creemos que a consideração da infância como o reinado absoluto do lúdico advém de uma abstração da criança, que não a enxerga como integrante da sociedade concreta.

A análise da criança, ou melhor, das crianças, inseridas na sociedade brasileira, demonstra que, de uma perspecti-

va mais geral, o que vem se verificando, de modo crescente, é o furto da possibilidade da vivência do lúdico na infância, ou pela negação temporal e espacial do jogo, do brinquedo, da festa, ou mesmo através do consumo “obrigatório” de determinados bens e serviços oferecidos como num grande supermercado, ocorrendo a substituição da cultura da criança por uma cultura para a criança,

Pelo menos na sociedade brasileira, e particularmente nas grandes cidades, ainda que por razões bem diferentes, as crianças não têm tempo e espaço para a vivência da infância, como produtoras de cultura, e isso independente de classe social ou de gênero. O furto do lúdico acaba provocando uma igualdade entre as crianças. Todas as crianças passam a ser “proletárias”.

Mas, que argumentos devem embasar a necessidade da vivência plena do componente lúdico da cultura das crianças? O primeiro e fundamental aspecto de sua importância é que o brinquedo, o jogo, a brincadeira são gostosos, dão prazer, trazem felicidade. E nenhum outro motivo precisaria ser acrescentado para afirmar a sua necessidade, mas deve-se considerar também, que, através do prazer, o brincar contribui, de modo significativo, para sua formação como ser realmente humano, participante da cultura da sociedade em que vive, e não apenas como mero indivíduo requerido pelos padrões de “produtividade social”. A vivência do lúdico é imprescindível em termos de participação cultural crítica e, principalmente, criativa.

Por tudo isso, é fundamental que se assegure à criança o tempo e o espaço para que o lúdico seja vivenciado com intensidade capaz de formar a base sólida da criatividade e da participação cultural e, sobretudo, para o exercício do prazer de viver. São os conteúdos e a forma, os produtos e o seu processo, da cultura das crianças que representam o antídoto à aceitação do “jogo sujo” preestabelecido da sociedade, e mesmo à camuflagem das colocações individuais, justificando sua impotência frente à estrutura do mundo que receberam e que são “obrigados” a reproduzir.

Vale a pena considerar, assim, do nosso ponto de vista, as possibilidades de uma pedagogia da animação, com base no lúdico, considerando as relações existentes entre o lazer, a escola e o processo educativo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. M. de. **Folclore nacional**. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
- ALVES, R., **A gestação do futuro**, Campinas, Papirus, 1986
- _____. **Da esperança**, Campinas, Papirus, 1985.
- BENJAMIN, W. **Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo, Summus, 1984.
- BONTEMPO, E. e HUSSEIN, C.L. **Psicologia do brinquedo**, São Paulo, Nova Stela/EDUSP, 1986
- CAILLOIS, R. **O homem e o sagrado**. Coleção Perspectivas do Homem. Edições 70. Lisboa, 1988, "Jogo e sagrado", pp. 150-161.
- **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem**. Lisboa, Cotovia, 1990, pp. 31-57.
- CASCUDO, L. da C. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro, INL, 1,962.1962
- ECO, Umberto. **Sobre os espelhos e outros ensaios**. 2a.ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989- "Huizinga e o jogo", pp. 269 a 285.
- HUIZINGA, J. **Homo ludens**. S,Paulo, Perspectiva, 1971.
- LEIF, J. & BRUNELLE, L. **O Jogo pelo jogo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978
- MARINHO, I. P. **Educação física, recreação, jogos**. São Paulo, CBE, 1981
- MIRANDA, N. **Organização das atividades de recreação**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1984.
- OLIVEIRA, P.S. de . **Brinquedos artesanais e expressividade cultural**. São Paulo, SESC, 1982
- _____. **Brinquedo e indústria cultural**. Petrópolis, Vozes, 1986 a
- _____. **O que é brinquedo**. São Paulo, Brasiliense, 1986 b
- RIBEIRO JR. J. C. Noel . **A festa do povo**, Petrópolis, Vozes, 1982.
- BRAMANTE, Antonio C. Concepções e Significados de Lazer. *Licere*, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p., 1998.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.
- BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.
- BRASIL, *Decreto Lei n. 3.298, de 21 de dezembro de 1999*. Estatuto da Pessoa com Deficiência, 1999.
- BRASIL, *Lei n. 10.741 de 1 de outubro de 2003*. Estatuto do Idoso, 2003.
- BRÊTAS, Ângela. Recreação e a Psicologia Sociohistórica: novas bases, novos caminhos. In: Congresso Brasileiro de Ciên-

- cias do Esporte, 10, 1997, Goiânia. *Anais...* Goiânia: Gráfica e Editora Potência, 1997. p. 1050-1056.
- BOSI, Ecléa. *Cultura de Massa e Cultura Popular: Leituras Operárias*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CARVALHO, Yara Maria. *Lazer e Saúde*. Brasília: SESI/DN, 2005.
- CARVALHO, Yara Maria. Lazer e Saúde: a sociedade e o social. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.) *Lazer e Sociedade: Múltiplos Olhares*. Campinas: Editora Alínea, 2008. p. 105-120.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Lazer, Cidadania e Responsabilidade Social*. Brasília: SESI/DN, 2006.
- DEMO, Pedro. *Participação é Conquista: Noções de política social participativa*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- DIAS NETO, Ricardo. Lissére...Lichére...Likére: afinal, o que é lícito? *Licere*, Belo Horizonte, v. 2, n.1, p.11-15, 1999.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Questionamento Teórico do Lazer*. São Paulo: SESC, 1975.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1979.
- FERREIRA, Acácio. *Lazer Operário: Um Estudo da Organização Social das Cidades*. Salvador: Livraria Progresso, 1959.
- FRIEDMAN, Georges. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1972
- GABRIEL, Oldrey Patrick B. Lazer e Religião: Algumas aproximações. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.) *Lazer e Sociedade: Múltiplos Olhares*. Campinas: Editora Alínea, 2008. p. 63-82.
- GOMES, Christianne L. Lazer - concepções. In: GOMES, Christianne L. (Org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- GOMES, Christianne L. *Lazer, Trabalho e Educação: Relações Históricas, questões contemporâneas*. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.
- GRANDINO, Patrícia Junqueira. Estatuto da Criança e do Adolescente: O sentido da Lei para as relações intergeracionais. Programa Ética e Cidadania construindo valores na escola e na sociedade. Acesso em 28 de setembro de 2009. http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/12_junqueira.pdf
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Humanização*. Campinas: Papyrus, 1983.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Pedagogia da Animação*. Campinas: Papyrus, 1990.

- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do Lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.) *Lazer e Sociedade: Múltiplos Olhares*. Campinas: Editora Alínea, 2008.
- MARCUSE, Herbet. *Eros e Civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MARINHO, Inezil P.; ET AL. *Manual de Recreação: Orientação dos lazeres do trabalhador*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1952.
- MASCARENHAS, Fernando. Tempo de Trabalho e Tempo Livre: Algumas Reflexões a partir do Marxismo Contemporâneo. *Licere*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 72-89, 2000.
- MASCARENHAS, Fernando. O lazer e o príncipe eletrônico. *Licere*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 46-60, 2001.
- MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: Valquíria Padilha. (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 53-74.
- MEDEIROS, Ethel Bauzer. Educação para o Lazer. *Boletim Intercâmbio*. Rio de Janeiro, SESC (3), p. 37-54, jul/set, 1980.
- MELO, Victor Andrade de. *Lazer e Minorias Sociais*. São Paulo: Ibrasa, 2003.
- MELO, Victor Andrade de; JUNIOR, Edmundo de D. A. *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole, 2003.
- MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, Abrasco, v. 5, n. 1, 2000.
- PERROTI, Edmir. A criança e a Produção Cultural. In: ZILBERMAN, Regina (Org.). *A produção Cultural para a Criança*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 9-27.
- REQUIXA, Renato. *O Lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- REQUIXA, Renato. *Sugestões e Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- RIESMAN, David. *A multidão Solitária*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- RUSSEL, Bertand. *Elogio ao Lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- SANT'ANNA, Denize B. *O Prazer Justificado: História e Lazer*. São Paulo: Marco Zero/PNCR/BIC/MCT-CNPq, 1994.
- SANTOS, Edmilson Santos dos; MANDARINO, Claudio Marques. Juventude e Religião: cenários no âmbito do lazer. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, n. 3, ano 5, p. 161-177, 2005.

ISBN: 978-85-89196-36-9



9 788589 196369



Ministério do
Esporte

